

**ACTA Nº 14**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA**  
**REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2003**

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro de dois mil e três, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas 20:45 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO UM:** Período de antes da Ordem do Dia:

**PONTO UM PONTO UM:** Análise conducente à aprovação da acta nº 11 da Sessão de 30 de Abril de 2003.

**PONTO UM PONTO DOIS:** Análise conducente à aprovação da acta nº 12 da Sessão de 6 de Junho de 2003.

**PONTO UM PONTO TRÊS:** Análise conducente à aprovação da acta nº 13 da Sessão de 4 de Julho de 2003.

**PONTO UM PONTO QUATRO:** Leitura de expediente.

**PONTO UM PONTO CINCO:** Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

**PONTO DOIS:** Período para intervenção do público:

**PONTO TRÊS:** Período da ordem do dia:

**PONTO TRÊS PONTO UM:** Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação.

**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Grupos Municipais - Parecer da Exma. Assessora Jurídica da Câmara Municipal.

**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Admissão de Propostas - Parecer da Exma. Assessora Jurídica da Câmara Municipal.

**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Conselho Municipal de Segurança - Designação de quatro cidadãos de reconhecida idoneidade para integrarem o Conselho.

**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Lançamento de derrama para o ano de 2004.

**PONTO TRÊS PONTO SEIS:** Contribuição Autárquica.

**PONTO TRÊS PONTO SETE:** Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal: Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

O Presidente da Assembleia Municipal realizou a chamada verificando-se presente os seguintes membros: Joaquim Maria Godinho Veiga, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria Filipa Almeida, António José Moura Proença, Rui Manuel Bacalhau, António Andrade, Ivone da Conceição Espiguinha, Augusto Manuel Guégués, António Moura Lopes, Francisco Ramalho Mendes, Norberto João Figueiras Alpalhão, Luís Manuel do Nascimento, Jerónimo João Pereira Cavaco, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo, António José Barroso Paixão, José António Carapeto Dias. Verificou-se a ausência do membro Joaquim Manguinhas, que justificou a sua falta ( anexo 1).

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos dar início à ordem de trabalhos.

**PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:**

**PONTO UM PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 11 da Sessão de 30 de Abril de 2003.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Ninguém quer falar? Vamos passar à votação. Aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 4 votos contra.

**PONTO UM PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da acta nº 12 da Sessão de 6 de Junho**

**de 2003.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Ninguém quer falar? Vamos passar à votação. Aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 4 votos contra.

**PONTO UM PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da acta nº 13 da Sessão de 4 de Julho de 2003.**

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Ninguém quer falar? Vamos passar à votação. Aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 4 votos contra Vamos passar ao ponto 1.4.

**PONTO UM PONTO QUATRO: Leitura de expediente.**

O Segundo Secretário António Proença (procedeu à leitura de expediente). Correspondência recebida (anexo 2) , correspondência expedida (anexo 3).

**PONTO UM PONTO CINCO: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar ao ponto um, cinco (1.5): Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia. Quem estiver interessado em usar da palavra, faz favor de se inscrever. Doutor Luís Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: Ora, boa noite. Senhor Presidente, era para fazer apresentação de uma moção (anexo 4 ) e que a mesma seja enviada para o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Associação Humanitária dos Bombeiros de Borba e Comunicação Social".

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar a moção para fotocópias para distribuição e depois voltarmos a analisar este assunto.

O Membro Rui Bacalhau: Antes de mais, boa noite. O assunto que queria apresentar à Assembleia é um assunto relativo à tabela de taxas, licenças e tarifas. Por uma situação muito especial, falo em nome da Misericórdia. E o assunto que me leva a abordar este tema é que a Misericórdia, com esta nova tabela de taxas e tarifas, está a pagar cerca de duzentos e cinquenta contos (250.000\$00) por mês, em números antigos, de água. Provavelmente a tabela que temos poderá não contemplar estas situações. A minha intervenção vem no sentido de solicitar à autarquia a possibilidade de ou criar um escalão - porque não está integrada nas isenções - ou então em vez de a tabela ser progressiva, ser degressiva no sentido do consumo, abrangendo, não só a Misericórdia, mas também o Clube, etc. Era isso que queria abordar.

O Presidente da Assembleia Municipal: Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal: Em primeiro lugar, eu acho que o consumo é exagerado. Portanto, isso pode ter que passar, se calhar, por se verificar se dentro da Misericórdia existe ou não alguma fuga de água. Até pode acontecer que exista e, portanto, eu penso que, em primeiro lugar, a instituição deve pedir aos serviços técnicos que façam uma vistoria aos edifícios e, com o detector de fugas, verificar se há realmente fugas ou não. Essa, penso que essa é a primeira decisão. Isto que o Rui Bacalhau diz já não é um assunto que é novo; aliás, já tinha sido comunicado por carta e aquilo que foi respondido foi que estaríamos a questionar essa hipótese para que agora quando houvesse revisão de taxas, tabelas e tarifas se equacionasse essa hipótese no caso de haver efectivamente esse consumo exagerado e isso, às vezes, até pode ter que ver com o número de contador requisitado, pode ter que ver com vários aspectos que, se calhar, até nem tenham, nem estejam relacionados propriamente com a tabela de taxas, mas isso será um assunto, com certeza, que se tem que verificar e que se terá que equacionar.

O Presidente da Assembleia Municipal: Tínhamos uma moção da CDU, apresentada pela CDU de Borba e, portanto, se alguém se quer inscrever, faz favor. Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral: Boa noite. Esta moção põe-me alguns problemas que eu gostaria de colocar, embora esteja de acordo para aí com setenta por cento dela (70%) não posso estar de acordo com algumas das afirmações que aqui estão. E além disso, o primeiro "considerando" e depois o "pedido de Ordenamento Florestal sem o reforço dos meios humanos de fiscalização, vigilância, prevenção" não têm concordância, mas sobre isso, podemos passar por cima. O que é que eu não estou de acordo? A área essencial que ardeu no país foi a grande mancha do pinheiro que não é uma espécie de crescimento rápido - crescimento rápido é o eucalipto - e foi o grande fogo de Monchique onde o que ardeu, o que ardeu foram essencialmente espécies autóctones: o sobreiro. Logo, esta ideia que a gente tem que os fogos são sempre associados ao eucalipto, neste Verão e com as temperaturas que tivemos, não foi verdade. A grande perda é a área de pinhal e, logo, não se pode fazer esta afirmação. A questão dos incêndios florestais é uma questão muito complicada em clima Mediterrânico e tem que se ter cuidado com as afirmações que se faz. Segunda questão, a necessidade da limpeza regular da floresta, retirando-lhe a matéria combustível, é verdade esta afirmação, mas só na medida em que se conseguir por alguns meios - que há alguns, tornar esse material que se retira da floresta num bem de mercado e valorizável, o que não é neste momento e, não sendo valorizável, não há na actual economia em que vivemos, qualquer possibilidade de o fazermos. Terceira questão que eu queria por é assim: "Louvar o combate gigantesco que as corporações de bombeiros travaram contra os fogos", eu não posso aceitar isto. Louvar o combate dos bombeiros até louvo, mas a descoordenação que houve em Portugal no combate aos incêndios este ano, entre a direcção da Protecção Civil, os comandantes distritais, os comandantes dos bombeiros foi uma coisa nunca vista, quer dizer, foi um exagero de descoordenação; de falta de capacidade; de falta de competência, etc. E quanto aos meios, eu também tenho a ideia e a noção que não é por falta de meios que os incêndios não se combatem. Os meios, quer dizer, até em alguns casos, são excedentários. O problema não está nos meios; está em toda uma política de treino, de profissionalismo e de combate aos incêndios que não está em execução no nosso país e que, levou à desgraça que nós conhecemos. Logo, no meio de algumas questões certas, há algumas questões erradas; misturam-se umas coisas com as outras e, efectivamente, dos relatórios que já se vão conhecendo neste momento sobre os incêndios e os livros que se esperam, o que sabemos até agora é, de facto, mais para criticar toda a política de ataque aos incêndios, do ponto de vista técnico profissional que foi executada do que para a louvar. Os bombeiros fazem o seu esforço, merecem todo o louvor muitas vezes, contra as próprias pessoas que os dirigem, etc. Logo, esta questão aqui é uma questão complicada que eu gostaria que fosse separada entre o esforço dos homens e das mulheres que combatem o fogo e todas as operações que foram em alguns casos, como já sabemos que foram, completamente erradas. Então o último fogo da Tapada de Mafra foi uma coisa absolutamente assustadora, de errado, de irresponsabilidade, de incompetência, de incapacidade e, logo, estas coisas têm que ser ditas. Outra questão que eu gostaria ainda, para terminar, de dizer é sobre "A situação de calamidade que deixou o território nacional pintado de negro é fruto de danos consecutivos de incompetência da política de Ordenamento Florestal"; esta questão, daria para discussão em dois (2) ou três (3) seminários. O que é isso de uma política de Ordenamento Florestal? O que é uma política de Ordenamento Florestal? se ela é possível fazer nas condições, onde oitenta e cinco por cento (85%) da floresta nacional, é de pequenos proprietários onde o cadastro está por fazer; onde os bens da floresta não são explorados com racionalidade económica, mas de outra forma e onde as políticas de Ordenamento Florestal não se fazem, não se fazem por voluntarismo; fazem-se de outra maneira. Não é, pegando numa varinha de condão e a gente vai fazer uma política de Ordenamento Florestal. As coisas não são assim, como as políticas de Ordenamento de Território não são assim. E, permita-me para terminar dizendo que eu, eu pessoalmente, sou eu a falar pessoalmente, acho que os autarcas, os autarcas Portugueses têm grande responsabilidade, grande, os autarcas têm grande responsabilidade nas políticas de Ordenamento dos seus concelhos, e não se pode, quando se escuta esta questão dos incêndios florestais, desviar dessa responsabilidade. Responsabilidade que advém de a maior parte dos concelhos, onde existiu a desgraça, não estarem preparados, não se prepararem durante o tempo do Inverno para os incêndios de Verão, de serem surpreendidos, porque por mais que nós façamos em todas as manchas de clima Mediterrâneo, incêndios haverá sempre, sempre, não há qualquer possibilidade de não os haver. O que há é meios de os minimizar e meios de os atacar de uma forma diferente. Face a isso, e é esta confusão que está nesta moção, eu pessoalmente não posso dar o meu voto favorável.

O Presidente da Assembleia Municipal: Dr. Luís Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: Obrigado. Ouvi atentamente as palavras do engenheiro Cabral e concordo, de facto, com uma grande parte daquilo que foi, que foi afirmado; com outras não concordo naturalmente, não é? Em primeiro lugar, quando se refere na moção as manchas de monoculturas não me estava, de facto, a referir só ao eucalipto, não é? Estava-me também a referir, de facto, ao pinheiro e, depois naturalmente que quando se, quando se pretende aqui louvar o combate gigantesco que as corporações de bombeiros travaram contra os fogos; são, de facto, os bombeiros, homens e mulheres que lá andaram na sua função de bombeiro a apagar fogos e não aos dirigentes, a quem compete, de facto, coordenar o combate aos fogos. Portanto, isto, de facto, é mesmo para os homens e pessoas que passaram horas, horas e dias - alguns, nalguns casos - seguidos no combate quase que desonesto e desleal contra, contra os incêndios. Quanto às questões de política florestal, quer dizer, isso, cada um terá a sua opinião naturalmente, não é? O que é evidente é que, independentemente das condições climatéricas do nosso país e da área mediterrânica, é evidente que há sempre condições de procurar minimizar este flagelo que todos os anos nos assola, e este ano em particular, com um efeito multiplicado várias vezes. Não tem havido, como se pretende aqui dizer, ao longo dos anos, de facto, uma política de prevenção contra os incêndios, que isto passa, passa não só pelas grandes manchas florestais, mas também - e a responsabilidade pode ser, de facto, de uma grande parte dos autarcas - responsabilizar, de facto, as pequenas, as pequenas parcelas florestais não, como se muitas muito pequenas parcelas florestais, de facto não fazem, uma grande, uma grande mancha florestal.

O Presidente da Assembleia Municipal : Senhor engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral: É só, só para acrescentar duas coisas, há hoje uma discussão científica grande se o pinheiro é autóctone, se não. Os últimos fósseis de pólen de pinheiro descobertos na Serra da Estrela mostram que ele é muito mais antigo do que a gente pensa, que não é introduzido e, logo, há aí uma discussão sobre essa questão; não é por aí que o gato vai as filhoses, neste caso. Do meu ponto de vista se, o louvar o combate gigantesco dos bombeiros e das corporações - corporação é uma palavra que eu não gosto também - dos homens e das mulheres, dos bombeiros que travaram essa luta contra os fogos, aceito. Louvar em Portugal o empenho e pronta resposta demonstrada pelos bombeiros voluntários de Borba, aceito; embora ache que a gente tem que ter cuidado quando vai dizer estas coisas. Uma das questões graves de um incêndio este ano foi chegarem corporações que não sabiam de todo, não conheciam de todo o terreno, quer dizer, que esperavam depois horas por uma ordem do comandante, para atacar um fogo, etc., e isto é mais complicado do que parece, a gente andar a mexer, a mexer nesta coisa. "Exigir do Governo Central políticas de Ordenamento Florestal que permitam minimizar a ocorrência de fogos de florestas", há aqui duas questões nos fogos que são essenciais - isto vale a pena a gente discutir porque, ou perder um bocadinho de tempo - são duas questões: a gente olha para a Galiza e a Galiza tem, percentagens de fogos muito inferiores ao território Português. A Galiza tem, no Governo Autónomo há cerca de dez (10) anos, um chamado batalhão de sapadores florestais profissionais que salta em cima dos fogos no seu início. Em clima mediterrâneo, um fogo apaga-se na primeira hora e meia, duas horas ou então ninguém o agarra, e foi o que sucedeu sistematicamente em Portugal. Hoje os fogos, exigem um profissionalismo e uma capacidade que não se coaduna bem com o amadorismo e não se coaduna bem também com os helicópteros a passear turistas, etc.. Pedir mais meios aéreos parece-me um disparate completo. Há um programa de vigilância de fogos na época de Verão com postos de vigia, sempre houve e há, e este ano começou - não foi extinto, não - começou uns dez (10) dias atrasado, mas isso sempre houve, é uma questão de o pôr a correr, quer dizer, como o clima está a mudar, tem que se antecipar a época da prevenção ou, se calhar, um (1) mês e levá-lo um mês mais tarde. Logo, como vêem, eu estou a aproveitar esta moção para pôr algumas questões que me parecem importantes porque eu, por exemplo, e já agora permitam-me que diga: falei, antes da época dos fogos, no Inverno, com o senhor Presidente da Câmara ou com o senhor Vereador dizendo que, no Inverno, o concelho de Borba devia ter preparado um plano para fogos aqui no concelho e acho que é obrigação da autarquia prepará-lo todos os anos, desde as estradas para o caminho dos bombeiros; abrir as estradas para os caminhos dos bombeiros, até à criação de um alerta rápido e, até no futuro, depósitos específicos de água nos pontos que hoje são mais perigosos do concelho que são os pontos juntos à auto-estrada, como é evidente, e quem sai da auto-estrada daqui para Lisboa vê que, daqui até Vendas Novas há, pelo menos, cinco (5) incêndios na beira da auto-estrada, logo, o nosso ponto perigoso neste momento é nas margens da auto-estrada. Quando vejo depois na

televisão alguns autarcas dizerem que: "Não esperávamos isto, que não esperávamos isto", eu fico de facto, um bocado irritado com esta coisa porque as autarquias têm obrigação de preparar isto. Ainda sobre a moção entendo que se deve alterar o início da terceira alínea. Sendo assim, também não me importo de mudar a minha opinião e votar a favor, a favor desta moção. Mas voto principalmente - que não faço declaração de voto - voto principalmente por causa de estarem lá os bombeiros de Borba; senão, não votava.

O Membro Luís Nascimento : Concordo perfeitamente, de facto, em transformar este ponto noutro considerando, não é? É só uma questão de se completar aqui a frase.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer usar da palavra sobre esta moção? Portanto, vamos proceder à votação da moção. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? A moção foi aprovada por unanimidade. Está inscrito o senhor António Anselmo, faz favor.

O Membro António Anselmo: Boa noite. Eu dá-me a impressão que aqui em Borba normalmente fala-se de coisas muito importantes para o país, mas fala-se pouco de coisas pouco importantes para Borba; aliás, isto tem sido quase sempre constante nesta Assembleia e dá-me a impressão que as pessoas aqui em Borba têm pouca vontade de pegar o corno, o touro pelos cornos, não é? Por exemplo, em Borba fala-se de uma situação complicadíssima que é o trânsito. Uma situação muito complicada, uma situação que nem a Guarda Republicana sabe como é que deve actuar. A comissão de trânsito, aparentemente - da qual eu faço parte - não funciona, não reúne e o trânsito é uma situação que, seja qual for a situação ou a solução que nós lhe dermos, nunca agrada a toda a gente. Portanto, isto é uma coisa muito simples: em primeiro lugar, que as pessoas responsáveis, da qual eu faço parte, e apesar de saber que senhor Presidente da Câmara, felizmente, teve o bom senso de entregar o trânsito a uma empresa responsável para fazer o levantamento disso, que se lembre em primeiro lugar da Junta de Freguesia de São Bartolomeu; da Junta de Freguesia da Matriz e depois as outras Freguesias falarão de acordo com aquilo que quiserem. Agora, o importante neste momento é aqueles sinais todos que estão destapados, por amor de Deus, serem tapados - em primeiro lugar - porque hoje eu estacionei num determinado sítio, perguntei a um senhor guarda republicano e ele diz-me assim: "Não muito se não quiser". Quer dizer, eu naturalmente não ando a trabalhar para pagar multas à Guarda Republicana. Portanto, é uma coisa muito simples: não é culpa do Presidente da Câmara, não é culpa de ninguém. Será culpa minha que pertenço à comissão de trânsito; será culpa do Presidente da Comissão de Trânsito resolvermos esta situação quanto mais depressa melhor. Aliás, em terra nenhuma se faz isso e para a oposição nunca se aproveitar de uma coisa dessas, eu estou a falar claramente e em voz muita alta. A segunda situação diz respeito a São Bartolomeu. Em São Bartolomeu eu tenho tido todas as reuniões possível e imaginárias com o senhor Presidente da Câmara; estamos completamente solidários em relação às coisas; eu percebo que a Câmara não tem dinheiro, mas lamentavelmente, provavelmente por situações que não correm muito bem, porque não há dinheiro, porque não há situações que se possam resolver, as coisas estão a andar um bocado mal. Aquilo que é possível resolver em São Bartolomeu, eu resolvo, como Presidente de Junta. Naturalmente que eu, quando dei a cara, pertenço a este grupo que aqui está que faz parte da maioria e nunca vou abandonar a maioria. Agora, permitirmos que pessoas digam mal de situações quando de outras não disseram durante doze (12) anos ou treze (13) ou catorze (14) ou quinze (15) ou dezasseis (16); neste momento, as coisas não estão pior do que estavam; estão exactamente iguais e, na minha opinião, estão melhores. Agora, eu penso, aliás, e disse isso ao Presidente da Câmara uma vez e disse a este pessoal que pertence a esta bancada do lado do Partido Socialista que, com esta maioria, não era necessário haver Oposição; porque se houvesse uma Oposição séria em Borba e boa em Borba, provavelmente Borba evoluía. Lamentavelmente, perdemos tempo a discutir coisas que são importantes, mas que toda a gente as conhece: quem é que é contra os bombeiros que se fartaram de trabalhar? Quem é que ainda mete em causa coisas que são incorrectas em relação ao Ordenamento do Território, em relação à florestação do território? Todas as pessoas sabem isso. Agora, perder tempo com essas coisas não é correcto; perder tempo com coisas de Borba é que é correcto. Lamentavelmente para mim, mas felizmente para mim que não sou político e a única coisa que me interessa a mim são as coisas de Borba. Continuo solidário, continuo em estado de graça, mas se me apetecer fazer confusão também a faço. O anterior Presidente de São Bartolomeu tinha

um carro, um automóvel e eu, felizmente, tenho uma camioneta a meias. Se me apetecer espeto com o pessoal em cima da camioneta e, aqui d'El Rei, quem me acode? Não é? Importante é que a Oposição saiba, a Oposição saiba quem é que está a favor desta actual Câmara; quem está a favor das atitudes que são difíceis de tomar por esta Câmara e ninguém o diz. Eu digo: "O trânsito está mal", está mal e é natural que esteja mal. Vamos mudá-lo, vamos pensá-lo; é uma questão de bom senso. Agora, que tenhamos a coragem de tapar os sinais antes que algum miúdo seja atropelado na Praça, em frente à Câmara porque os passeios não se vêem e se for atropelado, de quem é a culpa? O que é que diz a Guarda Republicana? Como é que é? A culpa não é de ninguém. Eu assumo a minha parte de culpa como membro da Comissão de Trânsito; agora, os outros, com calma, terão que a assumir. Reunimos, falamos e resolvemos. Os outros assuntos todos muito importantes para este país e para as pessoas muito interessadas na política e nessas coisas, são assuntos deles; agora, quando eu estiver aqui é para falar de coisas concretas. Em relação a esse assunto do trânsito, diz respeito à parte urbana de Borba. Em relação à Freguesia de São Bartolomeu, falei e sei que o Presidente me vai resolver esse assunto, porque se não revolver, o estado de graça acaba-se, as amizades mantêm-se, mas as opções de cada um são claras. Em relação à outra situação, queria e gostaria muito que a Oposição, o tempo que está a fazer conversas muito engraçadas, que falasse de coisas concretas; que olhasse para Borba e que pensasse em Borba. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal : Mário Deus, faz favor.

O Membro Mário de Deus: Boa noite a todos. Calha-me a mim apresentar uma moção que me viola, que me viola a mim um pouco na minha forma de estar e de ser, mas em política e a trabalhar em equipa também não faz diferença nenhuma. Portanto, eu passava a ler uma moção (anexo 5) que, por ser tão pouco palavrosa, a mim me dói. De qualquer maneira, passava a ler uma moção que mando já para a Mesa e que depois peço ao senhor Presidente que seja discutida tão rapidamente quanto possível e seja votada. "PS: Moção: Os eleitos pelo Partido Socialista vêm mostrar grande estranheza pelo facto de existir uma aliança tácita entre o PCP e o PSD para a eleição do Presidente da CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. O secretariado do PS - Borba: Hoje, dezanove de Setembro, com o simbolismo todo que isso tem".

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos tirar fotocópias da moção. Se mais alguém se quiser inscrever sobre outro assunto qualquer, António Paixão, faz favor.

O Membro António Paixão: Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, muito boa noite. Boa noite, senhor Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas eleitos da Assembleia, estimado público, boa noite a todos. Aproveitando esta onda que fala aqui um pouco do trânsito e também dos fogos no nosso país e, particularmente, no nosso concelho, eu gostaria de fazer aqui um apelo a este Executivo da Câmara a propósito de todo o trânsito da freguesia de Rio de Moinhos. Já o manifestei mais que uma vez seguramente, até por escrito, verbalmente e parece-me que até agora está um pouco descorado. Ainda um ponto importante que queria trazer hoje, que é pena não estar o Vereador do pelouro, mas temos um problema a passar-se na freguesia de Rio de Moinhos. O senhor Presidente tem em suas mãos uma cartinha que eu não devia nem quis ler, é evidente, mas como sabe, fui eu próprio que a mandei escrever e prometi trazer aqui o assunto à Assembleia Municipal. É que o transporte que traz as crianças da freguesia de Rio de Moinhos para a sede de concelho para assistirem às aulas aqui na EB 2,3 é diminuto já para o número de crianças que têm necessidade de se deslocar. O que acontece é que têm que vir cerca de uma dezena ou até uma dúzia de crianças de pé nesse autocarro o que traz todos os inconvenientes que nós sabemos. De maneira que apelo ao senhor Presidente da Câmara, ao Executivo da Câmara que tente, tente a curto prazo resolver este problema. Outro que se relacionava com os fogos, também tenho vindo há algum tempo e já de há cinco anos e meio, quase há seis anos reclamando a melhoria dos caminhos rurais na freguesia de Rio de Moinhos e é evidente que, para além do melhoramento do trânsito que também traria melhores condições às pessoas que exploram propriedades nessas áreas, facilita também o aceso mais rápido dos bombeiros a qualquer foco de incêndio que surja nos nossos campos e a freguesia de Rio de Moinhos é particularmente extensa e goza também de alguns, de alguns arvoredos que devem ser protegidos. Muito obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal : Embora me pareça que estes assuntos são assuntos que provavelmente, excepto o do trânsito que foi um assunto global, caberia muito melhor nas actividades da Câmara; de qualquer maneira, eu penso que, respondendo às actividades da Câmara, talvez não seja oportuno e, portanto, eu propunha que pudesse dizer algumas breves palavras acerca disto que o Paixão referiu, particularmente sobre o transporte das crianças. Esta questão é uma questão que não é nova, portanto, esta, esta questão já o ano passado houve algumas comunicações nesse sentido e foi, da nossa parte, tomada posição imediatamente junto da Rodoviária Alentejo. Poderemos tentar este ano pressionar novamente, mas a questão que se põe é que o tipo de autocarros, vamos lá ver, com isto não estou a dizer que concordo que as crianças venham de pé, mas a resposta que é dada pela Rodoviária é que as crianças vêm de pé, podem vir de pé e há lugares de pé como há lugares de pé em Lisboa porque - segundo, segundo a Rodoviária - portanto, existem um determinado número de lugares de pé nesses autocarros. Aliás, eu, o ano passado, antes de contactar a Rodoviária, contactei até a GNR para ver se, em conjunto, conseguíamos resolver a situação. Este assunto foi um assunto que depois, durante o ano, durante o ano passado, se arrastou, mas este ano, e considerando até que aparece ali um abaixo assinado, provavelmente o que estaria a pensar neste momento era convocar o responsável da Rodoviária para vir dizer de viva voz aos pais e às crianças o que é que se passa e por que é que o transporte é feito naquelas condições. E disse, para já.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, voltamos à moção. A moção está distribuída; se alguém se quer inscrever para falar sobre ela, faz favor.

O Membro Ivone Espiguinha : Em relação à moção, desde já vou dizer que vou votar contra porque a mim o que me importa não é as pessoas que estão à frente do quê. Para mim o que é importante é que na CCR se resolvam coisas que sejam benéficas para Borba e para todos os Borbenses.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer abordar este assunto? Filipa Almeida, faz favor.

O Membro Filipa Almeida: Não, não tinha intenção de intervir sobre este assunto, mas já que a Ivone levantou a questão da votação, eu não faço questão de votar. Não, acho que não tenho que votar nada porque esta moção neste, neste texto chamado moção, os eleitos pelo Partido Socialista manifestam estranheza por um facto, por uma coisa que consideram um facto. Portanto, a Assembleia Municipal de Borba não tem que votar coisa nenhuma com o texto que aqui está.

O Presidente da Assembleia Municipal : Mário de Deus, faz favor.

O Membro Mário de Deus : A moção era naturalmente singela, com poucas palavras um pouco para ver se a gente percebia o que é que está por detrás destas coisas todas e o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador e todos os Vereadores da Câmara já perceberam que aqui da nossa parte terão sempre um grupo de pessoas, sejam mais ou sejam menos, mas um grupo de pessoas que está para pugnar por Borba. Para ver as questões e que é capaz de dar de barato - como fez o Paixão agora ou como fez o António Anselmo há bocado, como todos fazemos quando calha - é capaz de dar de barato a coloração do Partido e pôr fundamentalmente os interesses e as razões que têm a ver com Borba à frente. E nessa medida, entendemos muito mal como é que um partido político que esteve aqui doze (12) anos no poder e vem para aqui agora na Oposição sistematicamente dizer mal, chatear, aborrecer, apresentar moções por tudo e por nada e como é que, mal lhe dão um prato de lentilhas - que é uma vice-presidência da CCR - aí estão já a abanar o rabinho, o que interessa é estar lá e acabou-se tudo? Esta singela moção só quer mostrar aos Borbenses, àqueles que vêm à Assembleia, este facto; só quer sublinhar este facto. Como é que, de repente, um pratinho de lentilhas e acabaram-se as questões todas de princípio; portanto, toda a gestão do PSD para o Alentejo já não tem problema nenhum, está tudo bem, está tudo perfeito, governa-se tudo bem, não há problemas nem com os fogos, nem com as enchentes, quando elas vierem a seguir, nada. Estamos lá a apoiá-los e a dar o nome e cá temos um presente da CCR. Era só um pouco isto que eu queria por agora dizer.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar sobre o assunto? Eu permitia-me propor

uma ligeira alteração a esta moção. E então, em vez de "Os eleitos pelo Partido Socialista vêm manifestar" eu escrevia "A Assembleia Municipal de Borba manifesta grande estranheza pelo facto de" e então não punha "existir", punha "ter existido" - porque isto já se passou - "uma aliança tácita entre o PCP e o PSD para a eleição do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo".

O Membro Carlos Cabral: Senhor Presidente, é "existir". O senhor Presidente não pode saber o tempo que ela vai existir. Não é "ter existido", ela vai existir um tempo.

O Presidente da Assembleia Municipal: Eu volto atrás. Portanto, volto a ler: "Moção - A Assembleia Municipal de Borba manifesta grande estranheza pelo facto de existir uma aliança tácita entre o PCP e o PSD para a eleição do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo". Ficaria assim. Alguém quer usar da palavra? Portanto, se não há mais ninguém interessado em usar da palavra, vamos passar à votação. Quem vota a favor da moção, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra a moção, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém? A moção está aprovada por maioria, com treze votos a favor e cinco contra. Se mais ninguém está interessado em usar da palavra nos Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia, passávamos para o período para intervenção do público.

#### **PONTO DOIS: Período para intervenção do público:**

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém do público está interessado em usar da palavra? Não há interessados. Vamos passar ao período da ordem do dia.

#### **PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:**

#### **PONTO TRÊS PONTO UM: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação.**

O Presidente da Assembleia Municipal: O ponto número um (1) do período da Ordem do Dia é a Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Concelho Municipal de Educação. Estão distribuídos os documentos, se alguém quiser usar da palavra, faz favor de se inscrever. Portanto, como ninguém está interessado em usar da palavra, vamos passar à votação, uma votação por voto secreto. Portanto, fazem favor de votar. O resultado da votação foi o seguinte: o senhor Joaquim Esteves teve dez (10) votos; o senhor António Anselmo teve dois (2) votos e surgiram também seis (6) votos em branco. Portanto, a Assembleia Municipal elegeu o Presidente da Junta de Freguesia da Matriz para integrar o Concelho Municipal de Educação.

#### **PONTO TRÊS PONTO DOIS: Grupos Municipais - Parecer da Exma. Assessora Jurídica da Câmara Municipal.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar ao ponto dois (2): Grupos Municipais - parecer da Excelentíssima Assessora jurídica da Câmara Municipal. Portanto, este é um assunto antigo aqui na Assembleia; houve a posição da Mesa de que se deveria, se deveriam constituir os grupos municipais; a bancada da CDU, nomeadamente a doutora Filipa dizia que não tinha que os constituir, não era obrigada a constituir grupo municipal e, portanto, o parecer da Assessora jurídica vai exactamente nesse sentido. A Mesa, portanto, aceita essa posição da Assessora jurídica. Se alguém quer usar da palavra sobre este assunto, faz favor. Portanto, ninguém quer usar da palavra; vamos passar ao ponto três, três (3.3)

#### **PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Admissão de Propostas - Parecer da Exma. Assessora Jurídica da Câmara Municipal.**

O Presidente da Assembleia: Admissão de Propostas - parecer da Excelentíssima Assessora jurídica da Câmara Municipal. É também uma questão que já tinha sido colocada anteriormente; as propostas devem ou não ser admitidas antes de discutidas; a posição da Assessora jurídica vai no sentido de que o



regimento sendo omissa e não havendo nada na Lei cento e sessenta e nove (169). alterada, é considerado uma omissão e que, portanto, deverá ser a Mesa, conforme consta no regimento e na Lei, a decidir essa omissão. A Mesa há muito que decidiu pela admissão das propostas e decidiu igualmente que não seria a Mesa a tomar essa decisão, mas sim o Plenário. Portanto, a Mesa delegou no Plenário essa decisão. Esta é a posição que a Mesa mantém e que manterá no futuro. Alguém quer usar da palavra sobre este assunto? Faz favor.

O Membro Maria Filipa : Sobre esta questão, senhor Presidente, cujo parecer li com muita atenção - assim como o anterior - este parecer é um parecer jurídico claro, ao dizer que esta questão não está, não consta do regimento e, portanto, o regimento é omissa, então tem que ser suprida esta omissão. Mas o próprio parecer também define quais são as propostas que não devem ser admitidas. Diz o parecer, diz a doutora Luisa Quitério no parecer jurídico, na página três (3), no terceiro parágrafo do ponto três diz: "Do cotejo dos referidos normativos, o artigo oitenta e três (83) da Lei cento e sessenta e nove (169) e o artigo dezanove (19) do CPA apenas resultará que as propostas deverão versar sobre as matérias constantes da Ordem do Dia ou admitidas a deliberação". Portanto, a própria lei define que todas as propostas referentes a matérias constantes da Ordem do Dia ou admitidas a deliberação - no meu entender quer dizer ou que, não constando da Ordem do Dia, tenham sido aceites pela Assembleia para que constem - todas as propostas sobre essas matérias terão que ser aceites. Assim, no sentido de não demorar mais e não perder tempo nesta questão formal em vez de se gastar o tempo na discussão da própria proposta, a minha sugestão, naturalmente o senhor Presidente já disse qual foi a deliberação da Mesa, mas a minha proposta nesta matéria seria que a Mesa analisasse se as propostas, se cada proposta que entra se está de acordo com a Lei, portanto, se tem, se tem a ver com os assuntos que estão em discussão na Ordem do Dia e, em caso de dúvida, quando a Mesa tivesse dúvidas sobre isso - poderia haver alguns casos em que a Mesa, a própria Mesa tivesse dúvidas - que se sujeitasse, então, ao Plenário a decisão. Esta parece-me que seria a saída mais rápida para não se perder tempo aqui a discutir se se admite ou não admite uma proposta à própria discussão. Porque, delegando no Plenário da Assembleia, há uma coisa que, que terá que ficar clara, imaginemos que um membro qualquer da Assembleia apresenta uma proposta, a Mesa não delibera sobre a sua admissão e sujeita essa admissão ao Plenário e o Plenário rejeita a admissão dessa proposta. Como a própria Lei define quais é que não podem ser aceites ou não devem ser aceites, o Plenário tem que justificar. Não sei se me estou a fazer entender. Quer dizer, quem rejeitar a admissão de uma proposta, tem que justificar e depois como é que os membros da Assembleia que votam contra a admissão vão justificar? Não são obrigados; cada um não é obrigado a justificar o seu voto. Isto pode criar aqui, penso que não criará situações complicadas, mas pode criar alguma vez alguma situação confusa da qual dificilmente depois a Mesa conseguirá sair. Portanto, se a Mesa deliberar aí: "Não senhor, essa proposta não é aceite", tem que dizer porquê e o membro que apresenta a proposta tem o dever, tem o direito de se defender. Se for uma deliberação do Plenário sem justificação, cai-se aqui num impasse que depois, depois é que é omissa mesmo, depois não há solução para isto. Portanto, eu penso, em termos práticos - respeitando, naturalmente, a decisão que a Mesa tomou - em termos práticos, seria muito mais eficiente a Mesa deliberar sobre a admissão das propostas, se elas estão de acordo com a Lei ou não, com aquilo que a Lei diz e que a doutora Luisa diz aqui no parecer e, quando a Mesa tivesse dúvidas, então, sujeitava-a ao Plenário. Mas chamo a atenção para isto, se houver uma rejeição de uma proposta, essa rejeição tem que ser fundamentada. Muito obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer usar da palavra? Faz favor.

O Membro Augusto Guégués : Eu ouvi, digamos, esta intervenção da doutora Filipa; é um bocadinho aquilo que eu pensava em relação à questão das propostas, mas de qualquer maneira, portanto, nós partimos de um princípio, do princípio que é a de não rejeição de nenhuma das propostas. É um pouco, digamos, a posição da Mesa, não é? Não rejeitar nenhuma e, digamos, a fazê-lo, seria sempre, digamos, o Plenário e não a Mesa a rejeitar esse tipo de propostas. Nós concordamos perfeitamente, não é? Digamos, com a posição e um pouco da jurista quando diz: "toda e qual quer proposta, desde o momento que faça parte da Ordem do Dia", claro que não merece rejeição ou não deverá ter rejeição ou mais, a própria legislação assim o determina. Quer dizer, nem o Plenário, tão pouco, tem poderes - entre aspas - para rejeitar esse tipo de propostas. Portanto, se não tem poderes, automaticamente não tem que justificar.

Portanto, ficaria talvez mais correcto a Mesa, de facto, aceitar todas as propostas que fazem parte da Ordem do Dia e as outras considerá-las, não é? Claro, se a Mesa achasse que era de interesse ou de grande interesse que a questão fosse discutida, das duas, uma: ou colocaria, de facto, ao Plenário ou, então, nem tão pouco poderia, portanto, ficaria com poderes de se recusar a apresentar essa mesma proposta e ela, portanto, poder vir, no futuro, a fazer parte de um ponto na Ordem de Trabalhos ou outra coisa do género. Portanto, em síntese, o que eu queira dizer era o seguinte: eu concordo com a intervenção da Filipa; concordo que as propostas, toda e qualquer proposta deve ser aceite desde o momento que faça parte da Ordem do Dia; as outras, enfim, a Mesa, de facto, irá considerá-las, se deve ou não apresentar a Plenário. Acho que seria, de facto, mais correcto.

O Presidente da Assembleia Municipal: Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral: Eu fiquei com a confusão total na cabeça e julgo que os membros da Assembleia, também, quer dizer, que não perceberam nada do que é que se está aqui a passar. A Mesa escreve para a próxima sessão, qual é o seu entendimento destas coisas? "Proposta da Ordem do Dia: sim, não", quer dizer, que é para a gente depois saber como é que se mexe, como é que se mexe. Há diferenças entre proposta e moção, quer dizer, há o livrinho lá do Vladimir que explica essas coisas todas, o guia, e logo, o entendimento da Mesa até agora era delegar no Plenário. Do meu ponto de vista, o Plenário, quando toma uma decisão, não tem que justificar, porque se está em presença, julga-se estar na presença de pessoas de bom senso, sensatas. Quanto ao tempo, que se gasta, isso é uma posição. Agora, relativamente ao parecer, que também li, da Jurista, os assuntos da Ordem do Dia estão, evidentemente que me parece que estão, automaticamente aceites; não têm que ser admitidas ou não. Agora, as outras propostas todas, do meu ponto de vista, devem ir ao Plenário. Não, eu não cedo os meus direitos à Mesa.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, temos aqui uma proposta que diz assim: "De acordo com o parecer jurídico e com a Lei, as propostas só não devem ser aceites para discussão quando não se integrarem em qualquer dos pontos em discussão. Por isso, parece-nos que deveria competir à Mesa verificar os requisitos das propostas e não deixar para a Assembleia essa decisão que se poderá traduzir numa rejeição pura e simples, sem qualquer justificação". Bom, sobre esta proposta, eu começo logo por dizer que a minha posição é a seguinte: será que a Assembleia da República não cumpre a lei? É que na Assembleia da República todas as propostas são admitidas, antes de serem votadas. Portanto, sobre esta proposta considero que nem vem na sequência das intervenções anteriores. Faz favor.

O Membro Filipa Almeida : Senhor Presidente, já foi dito aqui numa outra Assembleia, já foi feita a comparação com a Assembleia da República, mas a Assembleia da República tem uma legislação própria e um regimento próprio e as Assembleias Municipais regem-se pela Lei das Competências e Funcionamento dos Órgãos Autárquicos. É que não tem nada a ver. É que aqui a doutora Luisa, quando verifica a legalidade, ou quando dá o parecer, verifica a legalidade de acordo com as leis para as autarquias. Na Assembleia da República eu não sei como é. Não sei como é, nem sei qual é a legislação nem o regimento da Assembleia da República, mas para as autarquias é esta, são estas leis que nos regem.

O Presidente da Assembleia Municipal : Sem pretender entrar em diálogo, eu queria, se tivesse possibilidade, que me dissesse qual é o documento jurídico em que se diz que as propostas só não devem ser aceites para discussão quando não se integrarem em qualquer dos pontos em discussão.

O Membro Filipa Almeida: Ó senhor Presidente, eu não tenho aqui a Lei, mas é a Assessora jurídica da Câmara que diz que é o artigo oitenta e três (83) da Lei cento e sessenta e nove (169) e o artigo dezanove (art. 19) do Código de Procedimento Administrativo. É a Assessora jurídica que diz isso, não sou eu. Diz aqui no parecer da doutora Luisa que: "De acordo com os referidos, do cotejo dos referidos normativos do artigo oitenta e três da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove (99) e o artigo dezanove do Código de Procedimento Administrativo, apenas resultará que as propostas deverão versar sobre as matérias constantes da Ordem do Dia ou admitidas a deliberação".

O presidente da Assembleia Municipal : Está bem, as propostas deverão versar, mas não diz se elas têm que ser admitidas ou não e o que está em discussão é a admissão das propostas.

O Membro Filipa Almeida: Senhor Presidente, se estiverem de acordo com isto, têm que ser admitidas. Têm que ser admitidas não podem - e alguém do Partido Socialista já disse isto - a Assembleia não tem poderes para rejeitar uma proposta se ela estiver de acordo com a Ordem de Trabalhos, com as matérias constantes da Ordem do Dia. Então, se a Assembleia não tem poderes para isso, como é que depois a Assembleia pode votar?. "Do que cotejo dos referidos normativos apenas resultará que as propostas deverão versar, as propostas deverão versar sobre as matérias constantes da Ordem do Dia ou admitidas a deliberação". As propostas deverão, resultará que as propostas deverão versar. Não é aprovar ou reprovar ou votar, é versar. Versam sobre aquele assunto, é isto que é o meu entendimento. Senhor Presidente, desculpe lá estar a interromper, mas estamos os dois a dizer a mesma coisa, estamos os dois a dizer a mesma coisa. As propostas que aparecerem aqui na Assembleia para serem discutidas e votadas têm que versar sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia, pronto. Então, todas as propostas que estiverem de acordo com isto não podem ser rejeitadas. Portanto, não se trata de admissão ou não admissão, têm que ser admitidas obrigatoriamente.

O Presidente da Assembleia: Eu compreendo isso dentro do espírito apresentado aqui pelo Augusto, mas não compreendo isso no espírito que o que está aqui escrito na proposta, que têm que ser admitidas, têm que ser discutidas. Não aceito. Têm que ser automaticamente discutidas, não. Para mim, têm que ser admitidas.

O Membro Filipa Almeida : Senhor Presidente, têm que ser admitidas à discussão e eu digo, o senhor Presidente da Assembleia e os seus secretários são as pessoas competentes para definir se essa proposta está de acordo com a Ordem do Dia.

O Presidente da Assembleia: Estou de acordo consigo. Portanto, todas as propostas têm que ser admitidas. Só depois de admitidas à discussão é que se inicia a discussão. A Mesa, normalmente tem delegado - porque é uma omissão do regimento - quando entender não delegar, não delega. Porque é uma questão que lhe diz respeito propriamente a ela. Portanto, esta é a posição que tem tido forma até agora e é a posição que nós iremos continuar. Se houver alguma questão mais sobre este assunto, pode ser apresentada, conforme propõe o engenheiro Cabral para ser discutida em próxima sessão. Jerónimo, faz favor.

O Membro Jerónimo Cavaco : Boa noite a todos. Eu não tinha intenção absolutamente nenhuma de intervir neste ponto, até porque tive alguma dificuldade, provavelmente é minha, em entender a letra da Assessora jurídica; tive alguma dificuldade de entendimento do texto que aqui se apresenta. Aquilo que nós acabámos de ver aqui acaba por ser aquilo que resulta da Lei em si. Não é completamente clara relativamente a este ponto, o que permite diversas interpretações. Eu penso que a Assessora jurídica quis reproduzir aqui, digamos, as duas posições que se podem e que devem encontrar-se num meio termo: uma que é aquela que o senhor Presidente da Assembleia defende e a outra a que, efectivamente, a doutora Filipa defende e não deixa de ter razão, mas também não podemos colocar na Lei aquilo que efectivamente lá não está. A Lei não é clara nem taxativa ao dizer: "Estas são as que devem ser admitidas e estas não podem ser admitidas". Se assim fosse, esta discussão não teria qualquer tipo denexo, nem estaria, digamos, a acontecer aqui hoje. Aquilo que se põe aqui é saber até que ponto o legislador, na criação destas duas leis que aqui encontramos, nomeadamente a Lei cento e sessenta e nove (169) e o Código de Procedimento Administrativo no artigo dezanove (art.19), quis deixar ao arbítrio, ao livre arbítrio das Assembleias ou das Mesas da Assembleia a admissão ou rejeição de qualquer tipo de proposta. Parece-me, no entanto, que este ponto não deverá ser analisado da forma que o estamos a fazer aqui de ânimo leve, por uma razão muito simples, porque podemos estar a ferir aquilo que foi o espírito da Lei à partida, da criação deste artigo. Concordo plenamente com a proposta que o engenheiro Carlos Cabral colocou há pouco sobre a Mesa ou sob discussão, se quiserem, no sentido de voltarmos a analisar este ponto até porque me parece que é evidente que teremos que encontrar um meio termo nesta situação de forma a, não utilizando a expressão agradar a Gregos e a Troianos porque não é isso que está em causa, mas a doutora Luisa termina de uma forma que me parece levantar ainda mais as dúvidas, quando diz - e este parágrafo eu consegui ler por inteiro - "Porém, parece-me que, pelo menos, a Mesa terá de analisar se as propostas apresentadas se inserem, ou não, nas matérias agendadas para a sessão". Reparem que nem a

doutora, neste ponto, tem a certeza, porque se tivesse a certeza, de certeza, com certeza que teria escrito: "Porém, a Mesa terá que o fazer" e ela diz "parece-me". Portanto, é uma matéria, é um ponto de vista, como haverá muitos outros, eu tenho um completamente diferente relativamente a esta questão, não vale a pena estar a alongar essa discussão, até porque o senhor Presidente já disse que parece que iremos trazer este ponto a discussão em Assembleias futuras ou noutra possibilidade. Em todo o caso, eu penso que o entendimento da Mesa, relativamente a este ponto, tem funcionado até ao momento. Há admissão a todas as propostas e depois vamos verificar da viabilidade ou não de elas serem discutidas. Portanto, estamos a cair numa discussão que não tem qualquer tipo de lógica, à partida, porque não estamos, digamos, completamente contra aquilo que a Lei diz, a lei não é totalmente clara. É verdade que o regimento tem uma lacuna, mas não estamos ferindo absolutamente norma legal nem constitucional, portanto, parece-me que não estamos contra a lei. Obrigado.

O Presidente da Assembleia: Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Filipa Almeida : Senhor Presidente, eu penso que podemos ultrapassar isto também indo ao encontro da proposta do engenheiro Carlos Cabral, de voltar a analisar e então eu faria uma proposta que estou a pensá-la ao mesmo tempo que estou a dizê-la. Era integrar no regimento esta questão - que está omissa no nosso regimento - integrar no regimento, com a colaboração da Assessora jurídica da Câmara ou de outra jurista que a Mesa entenda, e também disponho-me a colaborar, se assim o entenderem, penso com o doutor Jerónimo, alguém da Mesa, ou alguém que o Partido Socialista entenda, para ver se encontramos uma redacção definitiva para isto e trazermos, então, à próxima Assembleia uma proposta que penso que é consensual e que será conjunta.

O Presidente da Assembleia: Senhor engenheiro Carlos Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Parece que estamos a chegar ao consenso de passar por uma proposta, uma proposta e o estudo da questão. Eu não sou jurista, mas este parecer está demasiado vago para nos permitir, tirar alguma conclusão e, no intuito de facilitar aqui as nossas sessões, é preciso ver também se cabe à Mesa poder considerar que uma proposta não está na Ordem do Dia porque se o considerar evidentemente que o recurso ao Plenário é logo, é logo possível. E, então, também armamos aqui um trinta e um muito grande, porque, quer dizer, como é que é? Eu posso considerar que está na Ordem do Dia, a Mesa pode ter outro entendimento. Estude-se melhor e depois até podemos fazer uma, uma sessão de alteração do regimento, sem dúvida nenhuma.

O Presidente da Assembleia: A proposta da doutora Filipa, fica sem efeito?

O Membro Filipa Almeida: Fica sem efeito.

O Presidente da Assembleia: Senhor Moura Lopes, faz favor.

O Membro Moura Lopes : Há aqui um aspecto que ainda não foi abordado e parece-me que ainda vamos continuar a discutir esta questão e eu tenho o dever de o introduzir aqui. Eu penso que nós devemos encontrar uma solução que seja a mais democrática possível. Ora, e para mim a solução mais democrática é admitir todas as propostas, admitir para discussão, atenção. As maiorias e as minorias, quando for a votação das propostas, pois naturalmente lhe dão o seguimento que entenderem, quer de rejeição quer de aprovação. Portanto, parece-me que à partida rejeitar seja o que for - até pode acontecer uma situação extrema - eu penso que é menos democrático do que aceitar automaticamente todas as propostas para discussão. Depois, a questão de aceitar ou não aceitar, isso o Plenário é que vai decidir, pronto. Agora, cortar à partida, eu penso que isso não é democrático. Disse.

O Presidente da Assembleia: Portanto, parece-me que chegámos ao consenso de estudar melhor o assunto. Este ponto vai transitar para sessões seguintes. Para já mantém-se como tem funcionado até agora e, posteriormente será analisada, inclusive, a possibilidade de se criar uma alteração ao regimento que regulamente a matéria. Alguém se opõe? Portanto, vamos passar ao ponto três, quatro (3.4).

### **PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Conselho Municipal de Segurança - Designação de quatro cidadãos de reconhecida idoneidade para integrarem o Conselho.**

O Presidente da Assembleia: O PSD apresentou o cidadão José Luís Carona Godinho, residente na Rua São João de Deus, quarenta e oito (48), em Borba. A CDU apresentou o cidadão Sérgio João Pé Curto Gazimba, residente na Rua Primeiro de Maio, quarenta e sete (47), em Borba. O PS apresentou os cidadãos senhor Armando Aragonês e Helena Letras. Portanto, alguém se quer inscrever sobre este assunto? Esta questão pode ser levada à votação ou pode criar-se um consenso de aprovação.

O Membro Carlos Cabral: Eu acho que se deve aceitar, como é evidente, a proposta dos partidos políticos e por consenso, quer dizer, aceitarmos todas estas indicações sem estarmos com votação; são as indicações das forças políticas representadas. Foi isso que aprovámos que devia ser e, logo, estão, do meu ponto de vista, aceites. Só queria dizer que quando brinco aqui um bocadinho com esta coisa da idoneidade é só para mostrar que isto é tudo muito relativo, e estas coisas, se falarmos juridicamente, a Lei que diz "reconhecida idoneidade" tem que definir o que é idoneidade e o que é que é o seu reconhecimento. Embora eu considere os quatro cidadãos ilustres e de reconhecida idoneidade.

O Presidente da Assembleia: Mais alguém quer falar sobre o assunto? Portanto, está criado o consenso de que as propostas dos partidos vão ser exactamente transmitidas e constituem a indicação dos cidadãos que a Assembleia Municipal considera de reconhecida idoneidade e disso informará a Câmara Municipal para que integrem o Conselho Municipal de Segurança.

### **PONTO TRÊS PONTO CINCO: Lançamento de derrama para o ano de 2004.**

O Presidente da Assembleia Municipal : Vamos reiniciar os trabalhos. Portanto, entramos no ponto três, cinco (3.5).

O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, senhor Presidente. No fundo, a proposta que a Câmara Municipal apresenta, que o Executivo do PS apresenta é uma proposta exactamente igual à do ano passado e, portanto, a proposta é de lançamento da derrama dos dez por cento (10%) sobre o Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas porque consideramos que a Câmara Municipal não tem condições económicas que lhe permitam abdicar desta receita. Neste momento, a Câmara Municipal recebeu trinta mil euros em 2003. Portanto, ainda vai receber com certeza mais até ao fim do ano e, portanto, nós achamos que não podemos abdicar dessa verba, tendo em conta os cortes orçamentais, as capacidades de endividamento, etc. a que estamos sujeitos. Naturalmente que após a instalação e a criação do parque industrial do Alto dos Babelos, poderemos ponderar a hipótese de essa poder vir a ser uma das formas de atracção de empresas. Penso que, neste momento, não estamos em condições de abdicar.

O Presidente da Assembleia Municipal : Alguém se quer inscrever sobre este assunto? Senhor Moura Lopes, faz favor.

O Membro Moura Lopes : Eu só queria dizer duas ou três coisas muito rápidas. Nós sabemos que o Partido Socialista, designadamente no último mandato, sempre levantou muitas objecções. Nós não levantamos objecções, sabemos que era preciso para nós e sabemos que também é preciso para vocês. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal : Rui Bacalhau, faz favor.

O Membro Rui Bacalhau: A minha opinião é um pouco contrária àquela que o senhor Presidente apresentou. Já a expressei o ano passado também aqui neste local e queria dizer o porquê. Com base nos números de dois mil e dois (2002), o peso nas receitas da autarquia da derrama foi de zero, vírgula, zero, oito (0,08); não chegou a um por cento (1%). Se este ano - por aquilo que o senhor Presidente acabou de citar agora - foram trinta mil euros, ainda diminuí mais. Isto é, as empresas quase todas já pagaram, também a Direcção Geral do Tesouro já entregou as verbas à autarquia porque o IRC paga-se em Maio e vai, fazendo as entregas às autarquias mais ou menos neste período. Pouco já haverá a receber até ao final

do ano, portanto, a percentagem ainda vai ser mais pequena. Comparando com o interior, tive o cuidado de ir ver o mapa dos concelhos do interior e setenta por cento (70%) dos concelhos do interior não têm derrama ou, então, têm uma taxa de derrama bastante reduzida. Comparando, então, com concelhos aqui junto a nós: Estremoz não tem derrama; Vila Viçosa tem. Eu penso que numa política - como o senhor Presidente acabou por citar também - numa política de desenvolvimento económico-social para a nossa terra que é aquilo que nós apregoávamos, nós apregoamos e que é um lema desta bancada e também do Executivo do PS, para captar investimentos, a derrama - com o peso tão relativo - eu acho que se tornaria um bom efeito psicológico se não houvesse derrama. Toda esta política de investimento tem os seus desenvolvimentos na fixação das pessoas à terra, como é obvio; na atracção de pessoas à terra e com certeza - se não invertemos esta situação - cada vez mais as pessoas vão saindo da terra e a nossa população vai diminuindo como tem acontecido ao longo destes últimos anos. Nos últimos, doze (12) anos isso aconteceu e, se nós não invertemos isto rapidamente, vai continuar a acontecer. É só.

O Presidente da Assembleia Municipal: Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal : Eu acabei por dizer isso há bocado, na anterior intervenção. Se Borba tivesse, neste momento, um parque industrial onde pudesse instalar indústrias, podia ser um dos incentivos. Penso, que nessa altura poderá, eventualmente, ser uma das formas de atracção. Agora, o que me parece é que a derrama tem vindo a diminuir exactamente porque este Governo, tal como os outros , tal como a senhora Ministra das Finanças e o Ministério das Finanças, estão mais preocupados com determinado tipo de situações, se calhar, de pessoas com baixos rendimentos do que ir fiscalizar as empresas, porque o que acontece é que os técnicos de contas e os economistas e os gestores servem exactamente para dar a volta às questões, aos lucros das empresas - e o senhor se calhar é um deles - que dão a volta de tal forma à questão, que fazem com que as empresas não tenham lucro e, portanto, as autarquias ficam privadas de receber, exactamente esse dinheiro. E mais, o que acontece é que há determinado tipo de empresas sobre as quais deveria recair a derrama, e o Ministério das Finanças neste momento ainda não me respondeu. Estou-me a lembrar, por exemplo, das empresas que não tendo sede em Borba, declararam derrama e até agora, o Ministério das Finanças não me responde, porque há muitas empresas que não têm sede em Borba, não têm sede em Borba e não pagam derrama quando deviam pagar derrama relativamente ao número de trabalhadores que têm na sede do concelho. Isto tem que ver é com a política fiscal do Governo e o que me parece é que esta fonte de receita, embora seja pequena, é uma fonte de receita de que o município não pode abdicar neste momento. Agora, embora respeite esses municípios que não têm derrama, provavelmente se calhar têm uma situação económica favorável. Eu estou-me a lembrar de que há alguns concelhos do interior que têm dinheiro a prazo e, portanto, naturalmente que esses não necessitam de ter derrama. Agora, o que parece é que o Ministério das Finanças tem é que ter coragem de acabar com o discurso mediático de que combate a evasão fiscal quando aquilo que nós sabemos é que combate, se calhar, a evasão fiscal de todos os desgraçados dos trabalhadores que trabalham por conta de outrem porque as empresas, se calhar, essas são aquelas que menos fiscalizadas são. E disse, para já.

O Membro Ivone Espiguinha : Senhor Presidente, concordo inteiramente que havia de haver mais fiscalização às empresas. No entanto, como o senhor disse, a hipótese da derrama passar a zero no nosso concelho será com o desenvolvimento do parque industrial do Alto dos Bacelos. Senhor Presidente, e as empresas que já cá estão, não têm benesse nenhuma?

O Membro Rui Bacalhau : O senhor Presidente acusou-me de ser um dos técnicos que faço essas coisas. Eu gostava que isso ficasse bem esclarecido. Desempenho o meu papel profissional, por isso sou pago, e sou por uma entidade privada e faço aquilo que a entidade privada, obviamente me obriga. Mas queria só dizer duas coisas, senhor Presidente. Acho que a sua intervenção, em resposta a esta situação, não diz muito com a situação da derrama para Borba porque a fiscalização do Ministério das Finanças e tudo isso, é retórica. Isso há pouco já houve aqui alguém que acusou. Não pense agora o senhor Presidente, que é mais velho que eu, que vai mudar o mundo agora. Isto vai levar muito tempo, todos nós sabemos - e eu que ando todos os dias nessa área - todos nós sabemos que a evasão fiscal vai continuar a existir, por muito boas que as leis sejam, há sempre forma de se dar a volta. É por isso que estudamos, é por isso que

trabalhamos, é para isso mesmo. Agora, não queira fugir com a questão da derrama de Borba, que é isso que me preocupa. Eu penso que a derrama de Borba, trinta mil euros vai ser meio por cento (0,5%) nas receitas deste exercício e para o ano ainda vai ser menos, porque o IRC para o ano ainda vai baixar - como sabem - e a derrama é dez por cento (10%) sobre o IRC, portanto, ainda vai ser menos. E isso tem um efeito psicológico, isso tem um efeito psicológico bastante significativo para os industriais quando vêm à procura de um local para instalar a sua unidade industrial. Garanto-lhe, senhor Presidente, garanto-lhe que isso é assim. Dou-lhe exemplos de concelhos do interior: Fundão, se conhece, é um concelho dos mais desenvolvidos do interior, não tem derrama. A Batalha é um caso de sucesso do país, tem a derrama a cinco por cento (5%), vai passar este ano para zero por cento (0%). Vinha há bem pouco tempo nos jornais. Concelhos do distrito da Guarda, uma quantidade deles também, alguns subdesenvolvidos, praticamente nenhum tem, nenhum tem derrama. No Algarve só Faro é que tem derrama e praticamente, conhece o Algarve, muitos concelhos do Algarve estão com taxas de crescimento bastante aceitáveis. Eu, o que eu digo é que a receita da derrama é tão diminuta nas receitas da autarquia que, se viessem para cá algumas unidades industriais a instalarem-se, ganhava-se indirectamente porque fazia dinamizar os restaurantes, fazia dinamizar as residenciais e tudo isso e havia entrada de dinheiro em Borba de uma forma indirecta, não era para a autarquia. Pelo valor que é, eu acho que, na minha opinião pessoal, eu abdicava desse valor.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Filipa Almeida: Esta Assembleia hoje está engraçada. Está mesmo. Agora parece que vou eu fazer aqui o papel de advogada, não é? Do diabo. senhor Presidente, parece que vou fazer o papel de advogada da Câmara. Como o Moura Lopes disse há bocadinho, nós somos coerentes com o que praticávamos quando éramos maioria. Vamos aprovar a proposta da derrama, sempre a aprovámos, sempre a pusemos em prática e eu penso que não é com medidas populistas que se resolvem os problemas. O senhor Presidente da Câmara já teve que dizer aqui algumas vezes, e também em entrevistas que deu à Comunicação Social que, o dinheiro faz falta - já disse aqui nesta Assembleia - o dinheiro tem que se ir buscar e eu estava aqui a ouvir o Rui Bacalhau e estava-me a lembrar das tarifas da água, da taxa de saneamento, da taxa de recolha de resíduos sólidos, que também vão ao bolso dos municípios e de muitos municípios com poucos recursos. Se calhar, se quisermos ser beneméritos e provavelmente um dia aparecerá aqui uma proposta deste tipo, até pode aparecer da parte do Partido Socialista, de diversificar as taxas e de, se calhar alguns municípios de Borba com menos recursos não pagarem taxas. Agora, que, que se tomem ou que se defendam medidas destas em geral para que os industriais, para que as empresas não paguem nenhuns impostos, eu parece-me que isto é, é um bocado populista e acho que não leva a lugar nenhum. A Câmara precisa das verbas todas, pequenas ou grandes; precisa da derrama como precisa do que vem a seguir que já não se chama Contribuição Autárquica - ou que já não se vai chamar Contribuição Autárquica - como precisa das receitas da água, como precisa de outras receitas porque os municípios - o Rui Bacalhau deu exemplo de muitos municípios que não têm, que não praticam derrama - também há muitos municípios que não têm outro tipo de serviços. É evidente que, quando não há dinheiro, se não há receitas, também não pode haver investimento. O senhor Presidente, se calhar, está ali agora a pensar que é verdade isto que eu estou a dizer, se calhar está ali a dar-me razão, se calhar, digo eu. Agora, é mais fácil realmente fazer estas propostas, mesmo dentro da mesma força política é mais fácil fazer as propostas quando se está do lado de cá da Mesa porque quem está do lado de lá tem que gerir todos os dias e tem que gerir com o dinheiro que tem e tem que; para fazer investimentos e então para cumprir o programa que o PS apresentou à população de Borba, tínhamos que multiplicar a derrama por muitos números. Por números muito grandes. Mas queria fazer uma pergunta, fora de qualquer ironia, mas queria fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara: é possível nós, membros da Assembleia - porque penso que a Câmara terá - é possível termos aceso à listagem das empresas que pagam e quanto pagam?

O Presidente da Câmara Municipal : Posso, senhor Presidente? Eu só queria dizer à deputada Filipa que essa é uma curiosidade que eu tenho há muito tempo e tenho escrito para o Ministério das Finanças para me divulgarem, para me dizerem quem são as empresas e quanto pagam. Portanto, eu nem sei se aquilo que me estão a dar é efectivamente aquilo que foi cobrado. Aliás, tenho algumas dúvidas, mas isso eu não

posso, não posso neste momento provar, não é?

O Presidente da Assembleia Municipal: Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : O efeito psicológico que a derrama tem é que mede esta questão. Quando uma empresa séria investe numa determinada região, a Derrama é uma coisa absolutamente desprezível. Não, não tem qualquer sentido na noção do investimento de uma empresa. A não ser que venham só as empresas que não prestam. Logo, não é, para o investimento numa determinada região, uma verba destas que leva em conta que a empresa tome a decisão de uma determinada localização. Agora, o que efectivamente é verdade, é que há em toda a nossa região do Alentejo e Interior uma questão, de atracção de investimentos e que tem que ser jogada - do meu ponto de vista - de outra maneira, que é pelos planos estratégicos, consegui-los, pelas estratégias de desenvolvimento, pela valorização dos eixos Lisboa - Madrid, pela valorização da nova linha TGV, etc. Há uma série de coisas que nós devemos começar a ter como político-social do conjunto de concelhos aqui do Interior que podem levar alguma alteração, mas também não muito grande, porque, quando se compara Borba com o Fundão, mais vale Borba assim do que aquele Fundão que eles lá têm desenvolvido. Se a gente analisar o parque de Castelo Branco que foi vendido a um escudo (1\$00) o metro quadrado (m<sup>2</sup>), vemos um desenvolvimento industrial que agora transformou toda a zona dos arredores de Castelo Branco numa coisa absolutamente intragável. Estas coisas têm todas estas questões. Ponte de Sôr tem uma localização geográfica que é diferente de Borba. As coisas não são assim. A Batalha é uma porcaria qualquer, não interessa para nada. E, logo, não é pela derrama que há esse efeito de atracção de investimentos, estejamos certos disso. Se não é pela derrama que há a questão de atracção de investimentos e se a Câmara diz que é necessário o dinheiro, vamos aprovar a derrama, embora eu saiba - que tive uma discussão com a doutora Filipa quando era Vereadora, já lá vão uns quatro (4) anos - quando ela me explicou que isto era para os investimentos nas escolas Primárias e não sei quê; que era principalmente essa verba que estava no orçamento. E se é assim, então, não há dúvida nenhuma, venha lá a verbazinha que faz falta.

O Membro Jerónimo Cavaco: Mais uma vez boa noite a todos. Eu partilho um bocadinho a opinião do Rui, parece que também não sou muito coerente com as minhas ideias porque também partilho um bocadinho a ideia do engenheiro Carlos Cabral. Por isto é que, de facto, dou razão à doutora Filipa quando, quando ela diz que esta Assembleia, de facto, está engraçada e, de facto, está. Em todo o caso, há aqui duas ou três ideias que me parecem importantes. Não concordo com o engenheiro Carlos Cabral no ponto do efeito psicológico, é desprezível, mas à partida aquilo que as empresas vêm a verificar é como é que as taxas de derrama são e aquilo que nós verificámos e que o Rui verificou, facilmente qualquer empresário, seja ele medíocre - também não nos interessa - seja médio ou, de facto, uma empresa grande verifica e, se calhar, em vez de escolher o concelho de Borba para se instalar, escolhe o concelho de Estremoz. O nosso problema, e aqui é que eu concordo com engenheiro Carlos Cabral, é uma questão de estratégia, uma questão de planos para aquilo que, de facto, existe em Borba. Não estou a falar da falta de um plano actualmente porque, pelos vistos, ele existe e tenho consciência que existe. Estou a falar é daquilo que, de facto, antecede. Não estou a crer dizer que a culpa é de A, B, C, D, não é isso que está em causa. A culpa acaba por ser efectivamente de todas as pessoas responsáveis ou que tiveram cargos de responsabilidade neste Executivo. Eu penso que, à partida, o concelho de Borba peca um bocadinho - quando não deveria pecar - peca um bocadinho pela falta de visão. Quando não deveria pecar porque nós temos à nossa mão instrumentos que de facto, podem ser o nosso futuro a breve prazo. Agora, há uma questão que deve ser, de facto, escarpelizada ao máximo. O senhor Presidente colocou em causa, ou não seria bem a sua ideia com certeza, ao duvidar que o Ministério das Finanças ou a Direcção Geral do Tesouro não lhe paga, digamos, aquilo que provavelmente poderia ter direito. Há um problema que, à partida, existe no nosso sistema fiscal que, pelos vistos, até é perfeito, toda a gente diz que nós temos as leis mais perfeitas da Europa, toda a gente diz que efectivamente elas existem; elas existem, o problema é que nós nos preocupamos, sempre que sai uma Lei, de arranjar a melhor forma de a contornar em vez de a conseguirmos cumprir e, de facto, surgem as dúvidas porque o legislador também não consegue efectivamente - porque é um homem, é um humano - digamos, agradar a todos, porque é impossível. O problema que reside na derrama, na minha sincera opinião e o meu sentido de voto do ano passado, vou alterá-lo do ano passado para este ano, não no sentido positivo. Eu, o ano passado, nesta Assembleia disse



que, de facto, ia, digamos, votar abstendo-me e foi o que fiz, até porque pensei e o senhor Presidente referiu que provavelmente durante o ano de dois mil e três (2003) poderia haver algumas hipóteses de baixarmos a derrama, não aconteceu. Infelizmente para Borba não aconteceu, mas eu pensei que de uma vez por todas - isto é o tal efeito de bola de neve - os seis mil contos ou os trinta mil euros que a autarquia já recebeu são, de facto, neste momento fundamentais para equilibrar a Câmara, mas esta autarquia deve conseguir não contar com esse dinheiro, porque, mais dia menos dia, esse seis, esses trinta mil euros - permita-me, senhor Presidente - esses trinta mil euros, no próximo ano não vão representar trinta mil euros de certeza absoluta. E o que eu não vejo são mecanismos alternativos que possam compensar esses trinta mil euros e é isso que seriamente me preocupa. Daí o facto de eu votar contra a derrama este ano, única e simplesmente por este problema. Porque o efeito psicológico, na minha opinião, existe e existirá enquanto olharmos à nossa volta e temos que olhar à nossa volta, quer queiram, quer não e temos que comparar, talvez Borba com Fundão não seja um bom exemplo, se calhar eu também não gostaria de viver como as pessoas do Fundão vivem actualmente, mas em todo o caso, se calhar o tal dinheiro a prazo numa conta daria jeito a esta autarquia neste momento.

O Membro Carlos Cabral : Já não tem dinheiro a prazo.

O Membro Jerónimo Cavaco: Não sei se tem ou não, estou a dar um exemplo; estou apenas a dar um exemplo. Se tem ou não, não sei. Se calhar, se o tiverem, deveria estar investido de outras formas. Aquilo que me parece que é necessário é que de uma vez por todas com os cortes orçamentais que nós todos sabemos que vão acontecer; com as dificuldades que as autarquias vão ter nos seus orçamentos; com o crescimento das dificuldades sociais e da necessidade da autarquia digamos, estar mais perto das populações e dar às populações aquilo que elas anseiam, muitas vezes com razão - muitas vezes sem razão também, mas enfim, a autarquia serve precisamente para isto - e verificando as dificuldades orçamentais que as Câmaras sofrem cada vez mais, eu penso que temos que criar mecanismos alternativos o mais rapidamente possível. Não me perguntem a mim quais são porque eu não sou dos tais gestores que dá a volta às contas, nunca tive capacidade para isso infelizmente, se calhar hoje estaria, digamos, de forma diferente ou se calhar até poderia ajudar algumas autarquias a darem a volta às questões. Mas, em todo o caso, não tenho capacidade para isso, e aqueles que o fazem também, senhor Presidente, não são tantos quanto isso e normalmente estão em grandes grupos. Porque esses é que, efectivamente, deveriam pagar e não o fazem, concordo plenamente consigo. Obrigado.

O Presidente da Câmara : Bom, apenas três ou quatro palavrinhas para explicar aqui alguma coisa que me parece que não tenha ficado muito claro. Primeira, em relação à deputada Filipa, quando me perguntava se é possível saber as empresas que pagam e quanto pagam, claro que não. Aliás, o Ministério das Finanças não fornece essa listagem. E quando não fornece essa listagem, eu sou livre de duvidar porque, ou há transparência ou não há transparência e, no sistema fiscal, eu acho que deve haver transparência até porque se calhar evitávamos que alguns industriais declarassem o que declaram e façam a vida que fazem e, portanto, se há transparência então que se diga, em cada empresa, quanto é que as pessoas declaram, quanto é que pagam e depois vamos aos sinais exteriores de riqueza e sem medo, mas isso é sem medo. Pronto. Portanto, eu, enquanto o Ministério das Finanças não me disser o que é que cada empresa declarou e quanto é que pagou, eu sou livre de duvidar de tudo. Depois, em relação à questão das empresas, ao falar com uma pessoa de um grupo económico, fui fazendo a propaganda da instalação de indústrias em Borba e fui dizendo: "qualquer dia acabamos com a derrama; qualquer dia vamos tentar vender terreno a preço simbólico; vamos tentar que a Contribuição Autárquica baixe também". Depois de eu vender todo este peixe - passo o termo - a pessoa diz-me assim: "Não vale a pena, são tudo coisas que não interessam. Acessibilidades, acessibilidades, isso é que é importante". E, portanto, quando estamos aqui a falar de derrama, o dinheiro da derrama não vai chegar para um projecto que nós pretendemos implementar em dois mil e três (2003) e que suponho já tiveram conhecimento que assinámos um protocolo em termos globais e esse protocolo visa criar e desenvolver outro tipo de projectos, nomeadamente projectos no âmbito do Fundo de Apoio às Micro Empresas. À partida, a Câmara Municipal de Borba, provavelmente vai entrar com dez mil contos (10.000.000\$00) e o BES vai entrar com outros dez mil contos o que vai proporcionar às pequenas empresas a apresentação de projectos que, de outra forma não teriam hipótese de se candidatar. Portanto, o dinheiro que nós vamos recolher da

derrama, à partida, vai ter como objectivo esse programa. Equacionámos também, ainda equacionámos a hipótese de acabar com a derrama este ano, mas depois considerámos que esse fundo era um fundo importante porque vai permitir pequenos projectos que não têm outra hipótese de se candidatar, e daí a manutenção da derrama. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém se quer pronunciar? Vamos passar à votação. Quem vota a favor da proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. A proposta apresentada, foi aprovada por maioria com quinze (15) votos a favor e três (3) contra.

O Membro Rui Bacalhau : Senhor Presidente, tenho declaração de voto. A declaração de voto é em conjunto com o membro Jerónimo e é muito semelhante à do ano passado.(anexo 6).

Presidente da Assembleia Municipal : Vamos passar ao ponto 3.6

### **PONTO TRÊS PONTO SEIS: Contribuição Autárquica.**

O Presidente da Assembleia: Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Bom, em relação à Contribuição Autárquica, há aqui uma situação que eu queria desde já colocar, aliás, isso foi colocado em reunião de Câmara e tem que ver com o desaparecimento ou o hipotético desaparecimento desta Contribuição e de acordo com a legislação que está para sair e para ser regulamentada. À semelhança daquilo que tem sido feito em todas as Câmaras, pelo menos aquelas com quem eu tenho contactado mais de perto - ainda hoje contactei com mais três (3) Presidentes de Câmara que fizeram exactamente a mesma coisa que nós fizemos aqui em Borba - nós aprovámos aqui, em sessão de Câmara a Contribuição Autárquica em um ponto zero (1.0), portanto, exactamente igual ao do ano passado. Se houver a regulamentação da Lei do Património - se houver - naturalmente que esta decisão terá que ser revogada e terá que ser tomada uma outra decisão de acordo com a regulamentação. Portanto, a questão que se põe neste momento é se vai ou não haver regulamentação. Portanto, se houver regulamentação, naturalmente que esta decisão acaba por cair por terra, não é? E teremos que tomar outra decisão de acordo com a nova Lei. Mas ninguém nos prova que vai haver regulamentação e como de futurologia ninguém sabe, então de acordo com a Lei anterior nós tínhamos que comunicar às Finanças até, ao final do mês de Outubro qual é que era o valor da contribuição, portanto, optámos por aprovar este valor, e por comunicar às Finanças, se a Assembleia o assim entender. Depois, se houver, se tiver que haver alteração, naturalmente cá estamos para desfazer aquilo que fizemos, mas não podemos é deixar nas mãos das Finanças a decisão do valor, portanto, da taxa de Contribuição Autárquica ou outra qualquer a ser implementada. De qualquer maneira, este valor, portanto, é um valor exactamente igual ao do ano passado.

O Presidente da Assembleia Municipal : Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: Bom, sobre esta matéria, de facto, neste momento está criado um vazio em relação a toda esta questão, é evidente, não é? A própria Associação Nacional de Municípios já aconselha os Municípios a não tomarem deliberações com base no Código da Contribuição Autárquica. Já aconselha a não tomar decisões nesse sentido. De facto a Lei vinte seis (26), de dois mil e três (2003) autoriza, pela Assembleia da República, a que o Governo aprove os códigos de Imposto Municipal sobre imóveis e os códigos de transmissões, etc. Mas também já está anunciado que, de facto, em breve, haverá publicação dos códigos de Imposto Municipal sobre Imóveis. A questão que está aqui, a aprovação que é pedida aqui hoje pela Câmara parece-me a mim que pode, de facto, incorrer nesse risco de termos que fazer uma Assembleia extraordinária para aprovar só esta questão. Pelo que, me parecia a mim ser mais prudente, até porque a própria Associação também aconselha nesse sentido, que sejam feitas aprovações, já tendo por base as propostas que estão claras, que estão na Lei vinte e seis de dois mil e três, não é? Que iria obviar a quê? Que não era necessário, de facto, haver uma nova Assembleia Municipal ou levar esta questão à Câmara e à Assembleia Municipal para voltar novamente a revogar e a aprovar uma nova taxa. Correndo, podendo vir-se a correr, o risco de não haver tempo para se fazer depois o aviso às Finanças em

tempo útil - passo a redundância - da comunicação das taxas aprovadas pela Assembleia Municipal. Portanto, a proposta que eu faço, a proposta verbal é que, de facto, não seja aprovada a Contribuição Autárquica, mas que possam vir a ser aprovadas, de facto, as taxas que têm por base as propostas que já são apresentadas na Lei vinte seis de dois mil e três. De alguma forma, há aqui colegas meus que estão ligados, de facto, às Leis e que poderão dizer se isto é possível ou não. Mas parece-me prudente que assim possa ser. Eu por acaso hoje tive um contacto com uma Repartição de Finanças e, de facto, aconselharam a que isso fosse feito. Aconselharam a que isso fosse feito como forma de obviar todas estas questões.

O Presidente da Assembleia: Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral: Sejamos claros. Qual é a Lei que está em vigor? É a Lei que manda, até ao fim de Outubro, aprovar pela Assembleia Municipal e comunicar às Finanças a taxa de Contribuição Autárquica. Essa Lei está em vigor. Evidentemente, quando sair e se sair, se o Governo se não atrasar, se não houver mais lobbis Autárquicos não sei quê, etc, sai a Lei. A própria nova Lei há-de revogar esta Contribuição Autárquica. Quer dizer, não há trinta e três (33) soluções para as coisas. A própria Lei que vai instalar o novo sistema, há-de revogar a Contribuição Autárquica e é sempre preciso, estando aprovada esta ou não estando aprovada esta, é sempre preciso depois fazer aprovar as novas taxas sobre a nova Lei. Agora, não comunicar às Finanças, até ao fim de Outubro - que é depois de amanhã - a taxa de um por cento (1%), implica que as Finanças depois põem o zero vírgula sete por cento (0,7%) que é o que a Lei actual diz. Nós, temos que cumprir a Lei e a Lei em vigor é esta. Quando vier a outra, cá estamos para resolver. O Presidente da Assembleia Municipal : Senhor Moura Lopes, faz favor.

O Membro Moura Lopes: Só para sermos mais claros, eu perguntava ao senhor Presidente da Câmara, se tem esta informação: o que é que se passou em Évora sobre este assunto?

O Presidente da Câmara Municipal: Em Évora não sei, mas olhe, em Montemor fizeram exactamente da mesma forma que nós fizemos. Em Évora não sei, neste momento não sei, não faço ideia, mas eu também não funciono em Borba pela Câmara de Évora. Sei que Montemor fez assim; suponho que Redondo ia fazer assim também, foi com os dois com que falei hoje e, portanto, penso que estamos no mesmo caminho. Aliás, eu compreendo isso perfeitamente e, já tive uma conversa até com as Finanças acerca disso. Porque as Finanças, quando verificaram que nós tínhamos aprovado a taxa a um por cento (1%), disseram: "então, mas vocês" e eu disse: "Então, mas já está regulamentado?"; "Não, não está. Ah, mas vai ser"; "Quando é que vai ser?". Portanto, a questão é esta, "vai ser", isso é tudo, é tudo muito bonito, não é? "Vai ser", mas vai ser quando? Se me disserem garantidamente que vai ser, então nós tínhamos optado por outra decisão. Assim, suponham que depois há divergências ou que há problemas no Governo e que as coisas se atrasam e não são publicadas e depois a Autarquia vai ficar prejudicada por isso? Eu não, eu não corro, não quero correr esse risco.

O Presidente da Assembleia Municipal : Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Filipa Almeida: Realmente estas situações com publicações atrasadas que vão ter efeito no próximo ano e que ainda não se sabe quando é que sai a regulamentação é complicado e leva a que as Autarquias tomem as decisões que entenderem mais aconselháveis e mais pertinentes. Penso que Vila Viçosa já aprovou, até a própria Assembleia Municipal, de acordo com o código dos novos impostos, penso que aprovou ontem, Estremoz aqui ao lado não sei; Évora não vai à Assembleia Municipal. A informação que me deram é que a própria Câmara decidiu não levar este assunto à Assembleia Municipal porque parece - mas aí também não podemos garantir quando - parece que a regulamentação devia ter saído já esta semana. Porque o próprio código diz que é até dia trinta (30) de Novembro que se comunica às Finanças. Portanto, mais dia menos dia está aí, mas se aprovarmos esta proposta que aqui está, a proposta não terá efeito nenhum se a legislação aí chegar e teremos que fazer uma Assembleia extraordinária; se for até trinta de Novembro, teremos que estar aqui numa Assembleia extraordinária, isso parece-me inevitável. Se não aprovarmos, vamos ter que cá vir numa Assembleia na mesma. Quer dizer, a solução é igual.

O Presidente da Câmara Municipal: Aliás - senhor Presidente, se me permite - aliás, eu não sei, eu não sei

até que ponto é que qualquer Assembleia ou qualquer Câmara tem legitimidade para aprovar neste momento uma taxa de acordo com uma Lei que não está regulamentada. Não estou a ver, eu não estou a ver

O Membro Carlos Cabral: Nós teremos sempre que fazer uma Assembleia depois do regulamento sair. Se não sair, isto já está resolvido. Quer dizer, é uma discussão que me parece sem sentido e parece, julgo mesmo que não há neste momento requisitos legais que possam levar esta Assembleia a aprovar as taxas que estão no decreto-lei, mas que não estão regulamentadas. Não, não parece possível, mas eu não sou jurista, mas não parece possível, que esta Assembleia, possa aprovar sem a Lei estar regulamentada. Agora os juristas que falem.

O Membro Jerónimo Cavaco: Isto continua engraçado, de facto. Não faz sentido absolutamente nenhum estarmos a aprovar, apesar de existir uma Lei. Relativamente a essa questão, as Leis são claras, ou seja, há Leis que exigem regulamentação, esta é uma delas, e o facto de exigir regulamentação significa que há qualquer coisa na Lei - que nós não sabemos aquilo que é - que precisa de ser clarificada e tem que necessariamente ser clarificada. Não, não faz sentido absolutamente nenhum estarmos a aprovar, seja aquilo que for, quando não temos ainda base de suporte àquilo que o decreto-lei cá colocou fora ou a Lei cá colocou fora. As taxas podem estar regulamentadas, mas não faz sentido absolutamente nenhuma estarmos a aprovar aquilo que não tem regulamentação visível. Era isto que eu estava a dizer. Eu percebi que tinha percebido ao contrário. Eu penso que o facto de termos de fazer uma Assembleia extraordinária nos próximos tempos, se tivermos efectivamente que a fazer porque pode efectivamente acontecer aquilo que o engenheiro Cabral referia: Quando é que vai sair a regulamentação? Pelos vistos, a doutora Filipa disse-nos que deveria ter sido esta semana, mas e se ela não sair? Concordo plenamente consigo, pode sair na segunda-feira, mas também pode sair daqui a seis (6) meses. E apesar de serem só três por cento (3%) - como refere o Rui - de peso na Autarquia, não vamos correr o risco desses três por cento se transformarem em um e meio por cento (1,5%) daquilo que seria a receita real. Portanto, eu penso que é uma decisão absolutamente sensata levarmos à votação aquilo que a Câmara Municipal nos propõe aqui hoje à noite. Em todo o caso, se tivermos que cá voltar outra vez, será com muito gosto que cá voltaremos, não teremos problema absolutamente nenhuns para desfazer aquilo - como o senhor Presidente referiu - que estamos a fazer hoje. Mas, em todo o caso, não vale a pena correr riscos numa questão tão sensível como esta.

O Membro Luís Nascimento: É que, de facto, as Autarquias, a Assembleia Municipal e as Câmaras têm total legitimidade em aprovar, os valores que são apresentados agora na proposta de código. Porque, porque o código, o Código da Contribuição Autárquica diz que podem ser definidas taxas entre zero (0) e um ponto três (1.3). Se aprovar zero vírgula oito (0,8) tem toda a legitimidade, como é evidente. É só para corrigir esse aspecto.

O Presidente da Câmara Municipal : Dá-me a sensação que a Câmara de Vila Viçosa, neste caso, não aprovou com base na nova Lei; aprovou com base na actual Lei e aprovou zero vírgula oito (0,8) e é isso que tem que comunicar às Finanças, no caso de não ser regulamentado, até trinta e um (31) de Outubro. Portanto, não aprovou com base na nova Lei; aprovou, aprovou um valor correspondente à nova Lei, mas com base na actual Lei.

O Presidente da Assembleia Municipal: Como não há mais inscritos, passávamos à votação. Quem vota a favor da proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faça favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Portanto, está aprovado com catorze (14) votos a favor e quatro (4) abstenções.

### **PONTO TRÊS PONTO SETE: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.**

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, em relação a este assunto, queria-vos dizer que, em relação à parte financeira, de acordo com as novas instruções do Governo - que continua a ser muito benevolente - diz-nos que temos uma determinada taxa de endividamento, mas depois, feitas as contas, afinal nada disso

corresponde àquilo que é dito. Ou seja, os ofícios que nos chegam à Câmara, é que, por rateio das Câmaras, a Câmara de Borba, por exemplo, não me lembro agora dos números, mas tem direito, por exemplo, a pedir sessenta (60) ou setenta mil contos (70.000.000\$00), mas depois, feitas as contas, afinal só pode pedir seis (6) por causa de outro limite que não é referido. Bom, mas isso é um pequeno pormenor; são aqueles trocadilhos Governamentais que dão com uma mão e tiram com as duas. Mas, relativamente aos encargos processados e não pagos, as coisas não têm, não têm aumentado. Neste momento, nós estamos a continuar a trabalhar o que nos permitirá futuramente apresentar as coisas de uma maneira completamente diferente. Neste momento os funcionários já tiveram formação na empresa que é responsável pelo programa informático e pela contabilidade. Neste momento já estão a ser lançados, no sistema informático, os dados relativos às folhas de obra todas que temos feito, portanto, neste momento, desde do princípio do ano, desde que o sistema foi implementado, as folhas de obra estão a ser feitas. Portanto, cada obra que é feita é aberta uma folha de obra e é contabilizado tudo aquilo que é gasto: é mão-de-obra, é maquinaria e, neste momento, estão a ser carregados todos esses elementos que têm sido feitos manualmente, neste momento estão a ser carregados dentro do computador e que, portanto, nos permitirão, em termos futuros - após o sistema informático estar adaptado - nos permitem, com certeza, dar resultados mais correctos e mais claros sobre o orçamento, quer sobre a execução, quer mesmo sobre as taxas de execução. Relativamente às actividades da Câmara, eu dispenso-me de ler o que está aí, mas ressaltava dois ou três aspectos que me parecem importantes. Um tem que ver com uma reunião que houve com a FBO sobre a proposta de alteração ao projecto do loteamento do Alto do Bacelos. Portanto, este projecto foi apresentado, neste momento está na DRAOT, para que seja marcada a reunião de acompanhamento para se discutir este assunto. A mesma empresa apresentou já um documento, ainda um documento de trabalho que se prende com o estudo da UNOR. O estudo da UNOR tem-se adiantado, está em fase adiantada, mas acontece que, como é o primeiro, as coisas têm tido mais dificuldades em andar. Uma grande preocupação são as empreitadas do Cartório e do Palacete dos Melos que aliás, já nos levou a aprovar em reunião de Câmara a intenção de vir a rescindir o contrato. Portanto, neste momento a empresa não responde, combinou connosco que iniciava as obras no passado dia oito (8), hoje estamos a vinte sete (27) e não dá sinais de vida. Já fizemos vários ofícios, temos pedido todas as documentações e isto para nós é, de facto, uma grande preocupação, embora na reunião tivesse havido uma certa abertura do empresário em transferir a obra, à semelhança daquilo que foi feito em Estremoz com o campo de feiras. Também penso que a empresa estava em falência, portanto, aqui o que se passa é que a empresa, tudo leva a crer que está em falência ou em pré-falência; pelo menos, aparecem-nos algumas notificações do Tribunal a perguntar-nos se eles têm dinheiro a receber. É uma grande preocupação que nós temos porque uma obra, o Cartório não está candidatado a Fundos Comunitários, mas o Palacete dos Melos está. Neste momento temos o projecto, porque o anterior não era exequível, neste momento temos o projecto concluído, aprovado pelo IPAR, completamente capaz de arrancar e a obra não arranca exactamente porque a empresa não tem capacidade neste momento para arrancar. Depois, também dizer-vos que, penso que esta também foi uma importante decisão, que foi deliberado proceder à elaboração do Plano de Pormenor da Área de Intervenção Norte, portanto, que envolve a área afectada ao Plano de Pormenor da Cerca e a zonas constituídas no âmbito do Plano de Urbanização de Borba como áreas urbanizáveis e de expansão habitacional, o equipamento de feira, central de camionagem e áreas de estacionamento de veículos ligeiros. Já agora, só mais uma questão e que se prende também com o estudo da UNOR e que tem que ver com a empresa EDC-Mármore de que nós somos associados e que pensa avançar com duas ADC, uma delas é exactamente a de Borba. Neste momento foi pedido à CCDR que nos garantisse ou pelo menos que indicasse verbas para aquisição total dos terrenos sem que - à semelhança daquilo que estava prometido - sem que haja custos para a Câmara de Borba para adquirir os Olivais onde ela se vai instalar. Neste momento, temos já o levantamento de todos os olivais correspondentes à área em questão e vamos começar a contactar proprietários no sentido de começar a adquirir esses terrenos que vão dar origem, portanto, à futura área de deposição comum (ADC).

O Vereador Artur Pombeiro: Ora boa noite à Mesa; boa noite, senhores Deputados; boa noite ao público. Para também não me tornar repetitivo porque seria cansativo falar numa coisa que os senhores já têm conhecimento, queria, de facto, deixar aqui alguns esclarecimentos sobre algumas situações e também nas actividades mais relevantes. Pronto, e queria, de facto, há aqui um erro que os senhores não sei se deram com ele, não é conclusão da ETAR da Ribeira porque essa já se encontra concluída desde o ano passado,

é da Parreira; mais ou menos no aglomerado da Parreira. As actividades mais relevantes, como sabem, e que tem sido de alguma forma contestada, tem sido, de facto, a Rua de São Francisco que é muito morosa. Tem demorado algum tempo, a obra era complicada; o tempo, de facto, também ajudou. Poderia ter sido muito pior e muito mais morosa se, de facto, o tempo não nos tivesse ajudado. Quem viu o serviço que se fez e conhece o projecto, sabe que era uma obra difícil. Encontra-se agora quase pronta, dentro de breves dias, talvez uma semana, uma semana e tal começará a ser esfaltada. Também o loteamento do Forno já se encontra com o betuminoso para que, de facto, as pessoas que ali já residem possam, de facto, no Inverno não ter a mesma situação do ano passado que foi bastante, bastante aflitiva. As águas da Nora continuam, de facto, em andamento. Temos tido alguma dificuldade e recorreremos já neste momento à vala da conduta existente, devido às rochas, embora muitos metros já estão enterrados não na vala antiga, mas sim nas bermas das estradas. Também a limpeza total do edifício, aqui do edifício da Câmara e as áreas adjacentes está tudo limpo e pintado. Estamos neste momento, de facto, a pensar transferir a feira dos Santos já provisoriamente ali para o novo espaço ali em baixo para evitar que, de facto a situação que se verificou o ano passado com vários acidentes, com muita gente a reclamar que os feirantes, de facto, lhe tapavam as portas, que lhe faziam necessidades à porta e tentamos, ainda que provisoriamente, que a feira já não aflija e a vila esteja, de facto, mais liberta este ano. Pensamos que, precisamos também que o tempo aqui nos ajude; não só na Rua de São Francisco, mas também aqui para, de facto, a título provisório, deslocarmos a feira para ali. Obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal: Já agora, e só porque o Vereador Humberto, por motivos familiares, doença de um familiar não pode estar presente, dizer-vos que também, respigando algumas das realizações mais importantes da área do pelouro dele, a realização da Feira das Ervas Alimentares na Freguesia da Orada foi, de facto, um êxito muito superior àquilo que nós estávamos à espera. Neste momento nós estamos a trabalhar na realização da Festa da Vinha. Também foi nossa intenção a instalação naquele local ali assim em baixo na Horta dos Palomes, acontece que não nos foram dadas garantias de compactação do terreno, ou seja, embora a compactação se fizesse, não nos foi dada a garantia de que, sem passar o Inverno por cima, que as coisas estivessem em condições, daí que este ano ainda se tenha que fazer a Festa da Vinha e do Vinho aqui, aqui em cima. Também ressaltar o facto da participação em várias feiras promocionais com stands do nosso concelho. E, para já, é só.

O Presidente da Assembleia Municipal : Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral: Muito obrigado, senhor Presidente. Era só para saudar o Vereador Humberto por ter participado na Vigésima Primeira (21<sup>a</sup>) Volta ao Alentejo em Bicicleta e se o senhor Presidente me pode informar do lugar que ele obteve.

O Membro Moura Lopes: Deixo algumas questões ao senhor presidente da Câmara: Qual o ponto da situação das instalações do Notariado; o ponto da situação também do hospício; o ponto da situação do Alto dos Bancelos em duas vertentes: uma na transferência dos lixos e outra da zona Industrial em que ponto é que estão. A água da Nora também já se falou por aí que havia algumas dificuldades com rocha, enfim. Outra questão: aprovámos há muito tempo o regulamento para os parquímetros, como é que está o trânsito em Borba? Na minha opinião, não está bom e pode ser melhorado. Em relação, à questão dos incêndios, há que prevenir essas coisas todas, eu deixava aqui um alerta: agora passa o calor e começam a vir as chuvas, muita atenção aos cursos de água porque, se não forem limpos, há o problema das cheias que temos a seguir. E agora é o momento de enfim, de prevenir algumas situações dessas. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: Para o Vereador Artur, boa noite em particular. Questões que não estão aqui colocadas na informação da actividade Municipal: Em relação à higiene e limpeza de Borba, aquilo que nós vemos é que, de facto, no dia-a-dia a vila está muito suja, está muito suja. E foi, de facto, lamentável - no meu ponto de vista até porque moro ali ao pé - por exemplo, quando foi da festa do Senhor dos Aflitos, em honra do Senhor dos Aflitos, a procissão, quando subiu a rua, a Rua Treze de Janeiro, o estado daquela rua era deplorável. Mais a mais, debaixo daquela estrutura metálica que está a envolver o Palacete, aquilo era uma autêntica lixeira, era uma autêntica lixeira. A Rua Treze de Janeiro - e agora

pegando nessa rua -de facto, nunca teve a felicidade de ver passar por lá a varredora. Há outras ruas que, várias vezes por semana, vêem passar lá a varredora que a varrem e a lavam; a Rua Treze de Janeiro nunca teve essa felicidade; com a agravante de que os contentores de lixo, aqueles três (3) contentores do lixo que estão junto ao Passo, são todas as madrugadas, entre as quatro (04:00) e as cinco (05:00) da manhã - já sei qual é a hora - são arrastados pelos trabalhadores da Câmara uma dezena larga de metros para serem levados certamente até ao camião que recolhe o lixo. Digo eu "com a agravante" porque os contentores ou estão sujos, ou estão rotos ou têm alguma válvula tirada, deixam cair toda aquela água lexivante pelo caminho. Portanto, todo o cheiro que os contentores largam durante o dia - porque a lavagem também é extremamente reduzida ou quase inexistente - todo esse cheiro, fica durante o dia naquela rua. Com a agravante ainda de, por uma ou duas vezes, ter já visto o funcionário da junta a lavar aquela rua, mas só de um lado, só de um lado, não lava dos dois lados. Portanto, há sempre um lado que está mais limpo do que o outro. Era esta chamada de atenção que eu queria fazer. A outra chamada de atenção e que não vejo aqui assim, era a de ser reavivada toda a pintura nas estradas e possivelmente nas passadeiras, não é? Eu há uns meses atrás, numa outra sessão perguntei ao Vereador Artur o que é que era feito da máquina de pintar que a Câmara adquiriu, não me respondeu na altura, quem me respondeu foi o senhor Presidente da Assembleia Municipal. Eu volto a fazer a pergunta, o que é feito da máquina de pintar que o Executivo anterior tinha de facto, adquirido? E fazia também aqui um alerta, quanto a mim - também, a falha pode ser minha, mas - quanto a mim, a forma como foram pintadas as passadeiras está incorrecta, está incorrecta. Não cumpre, de facto com as normas de segurança, com as normas minimamente apontadas para a segurança. Porque há lugares de estacionamento que chegam a entrar dentro da passadeira, por exemplo, quem vem de carro ao alto da praça e começa a fazer a curva para se dirigir pela avenida, já me aconteceu por várias vezes quase que atropelar pessoas que saem de trás de carros ou de carrinhas na passadeira, com toda a legitimidade dentro da passadeira, e ali não se circula depressa; ali tem que se circular, de facto, devagar, mas mesmo assim a visibilidade é tão reduzida porque a passadeira não tem um espaço que dê garantias de segurança quer aos peões, quer aos condutores. Uma outra questão que eu aqui vi, foi em relação à pintura do edifício Municipal e, acoplado a isto, está uma questão que li nos jornais, que li nos jornais, estava de férias e li nos jornais. Que foi o abate, digo eu, das centenas de ninhos de andorinhas que estavam no edifício Municipal que, segundo uma directiva comunitária, é considerado crime contra a protecção da natureza. Sei que houve uma intervenção da GNR, perguntava, de facto, quem é que deu esta ordem, quem é que deu esta ordem e que repercussões é que teve para a autarquia, ou tem para a autarquia ou vai para ter para a autarquia este crime ambiental?

O Membro António Paixão: Senhor Presidente, eu, na onda do desenvolvimento de que há bocadinho aí se falou e até das estratégias para o conseguir no nosso concelho, eu diria que vivo com algum constrangimento. Saber que a freguesia de Rio de Moinhos tem sido uma das freguesias rurais que se tem desenvolvido economicamente pela capacidade que têm os seus empresários e não só, e depois, viver constrangido com as carências básicas que persistem em dificultar o tal desenvolvimento, leva-me a exigir aqui, mais uma vez, a reivindicar, mais uma vez, que sejam levadas à freguesia de Rio de Moinhos e aos locais que nela estão mais carenciados, as soluções para os pequenos problemas. Passo a enumerar: a alimentação dos alunos da escola da Nora que sabemos que é uma das reivindicações daquela localidade, porque entendemos que faz parte do desenvolvimento satisfazer as necessidades básicas das pessoas, criar-lhes boas condições de vida. O asfalto das ruas do loteamento do Barro Branco que em finais de Julho estaria pronto, já lá vão mais de dois (2) meses para além de Julho e nada se vislumbra a esse respeito. Os caminhos rurais, o caminho rural específico entre a quinhentos e oito (508) e a herdade da Louseira que já teve mais de quantas promessas de ser feito e continua na mesma. A chegada dos moloques que eram cinco (5), chegaram dois (2), continuamos à espera dos outros. As lombas e passadeiras pela freguesia, quer dizer, eu lembra-me a guerra que travei com Vereador Serra e que ele, enfim, com as dificuldades que tinha e que eu reconheço que este Executivo também tem, mas quando um Executivo camarário - dá-me vontade de dizer isto - quando um Executivo camarário, que são já as respostas que tenho tido, me responde: "Ah, não há possibilidade". A Câmara, uma Câmara não tem capacidade de resolver o problema das lombas e das passadeiras? Então, o que estamos cá a fazer também? Uma coisa tão simples: um, dois indivíduos vão pintar as passadeiras; um ou dois vão substituir as lombas ou melhorá-las, melhorar as lombas, andamos nisto também há tanto tempo. Parece-me que também já não é só falta de pessoal, mas também há outra falta que eu esperava que não houvesse neste

Executivo. Para terminar, porque seria extensa a lista, esta situação faz-me lembrar aquele homenzito que era lá da minha freguesia e tinha um taberna e que, quando lhe pediam um copo de vinho, ele deixava sempre uma grande "coroa". Um dia alguém lhe disse: "Ah, mas o senhor se quisesse poderia vender mais vinho"; "Então como?"; "Enchendo melhor os copos". Uma lista destas de obras e a Câmara poderia fazer muito mais. Como? Fazendo as lombas; melhorando as passadeiras, a cantina escolar, montar o moloques. Portanto, a Câmara poderia fazer muito mais e particularmente na freguesia de Rio de Moinhos. Muito obrigado e peço desculpa por mais esta apoquentação, mas este é o meu papel aqui.

O Membro Filipa Almeida: Isto já não está tão bom como estava há bocado. Começa a ser mesmo uma apoquentação. Eu tinha aqui algumas perguntas que não deixaria de fazer, embora lamente que o Vereador Humberto não esteja presente, não possa estar presente nesta Assembleia, mas com certeza que o senhor Presidente lhe transmitirá algumas das preocupações que tenho também. Não fazendo minhas as palavras do engenheiro Carlos Cabral, sobre, enfim, a forma como brincou - entre aspas - com, penso que com a apresentação das actividades da Câmara, é por de mais conhecida a sua discordância relativamente a este tipo de documento - penso que aí continua coerente - mas também poderíamos perguntar sobre a participação no lançamento dos novos vinhos da adega da Cooperativa de Borba, qual era o melhor, mas também não, não ficamos a saber. Isto para umas contas muito simples que fiz aqui, nas actividades culturais, desportivas, da acção social, educação e actividades económicas, aparecem dezanove (19) notas sobre participações em iniciativas da autarquia, incluindo reuniões, e vinte (20) notas sobre apoios, entregas de prémios e almoços-convívio. Isto é, isto está no documento que a Câmara nos entregou. A actividade dos Pelouros da Cultura, Desporto, Educação, Acção Social e Actividades Económicas - e não são pelouros de menor importância - têm vinte notas de entregas de prémios, almoços e apoios e dezanove notas sobre participações em reuniões e actividades do município. Não vale a pena dar exemplos porque os membros da Assembleia a quem isto interessa particularmente têm-nos à sua frente. Gostava, no entanto, de fazer algumas perguntas que podem ter ou não respostas dado que o Vereador não está, mas se não tiverem respostas hoje, poderão ter numa próxima Assembleia. Aparece uma nota sobre a abertura - e é o que está cá escrito - abertura e encerramento das piscinas municipais, a pergunta é: como sabemos que estiveram abertas, não abriram só e fecharam - portanto, estiveram abertas - como correu a época balnear sabendo nós que abriu tarde e mais tarde. Penso que me lembro de ter ouvido o Vereador Artur dizer aqui mais tarde até do que a própria Câmara queria, abriram já a nove (9) ou dez (10) de Julho as piscinas; não foi só no final do ano lectivo - como foi dito aqui nesta Assembleia - não foi logo que o ano lectivo acabou, foi muito depois do ano lectivo ter acabado e sabendo nós, já hoje foi dito aqui também, o clima está a mudar, dizia o engenheiro Cabral há bocado: "Se calhar, há alguns prazos que também têm que ser mudados", aqui eu digo o mesmo que já vinha dizendo quando era Vereadora nesta Câmara. O clima está a mudar e o Serra lembra-se das nossas discussões sobre a abertura das piscinas porque cada vez mais nós temos mais calor em Junho e menos calor em Agosto. Este ano até tivemos um calor excepcional em Agosto, mas verificamos e com certeza que este Executivo já verificou que o mês de Agosto é um mês muito mais fraco nas piscinas do que o mês de Julho e do que é o mês de Junho quando elas estão abertas também em Junho. Penso que é um investimento da autarquia, um investimento que não é pago com o dinheiro dos bilhetes. Não é o dinheiro dos bilhetes não dá, nem de perto nem de longe, para pagar o facto das piscinas estarem abertas; é um investimento social que devia ser mais rentabilizado do que aquilo que foi este ano pelo pouco tempo que estiveram a funcionar. Depois, queria perguntar mesmo ao Vereador Humberto - não sei se o senhor Presidente terá resposta para isto - porque aparece aqui uma informação da sua participação, da participação do Vereador, em reuniões do ensino Pré-escolar com o objectivo dos horários, penso que definição de horário e calendário escolar. Sabendo nós que a Câmara Municipal tem poderes nesta questão da abertura, da definição dos horários e do calendário escolar do ensino Pré-escolar, e tem, a Câmara Municipal tem poder, digamos, tem um parecer que é obrigatório, que tem que ser seguido. Naturalmente, em acordo com as educadoras, mas fundamentalmente de acordo com os pais das crianças, portanto, esta é uma competência da Câmara, a minha pergunta é: como é que foi a abertura do ano escolar no ensino Pré-escolar? Que problemas é que há? Qual foi, qual está a ser o papel da Câmara? Porque, eu estou a perguntar isto por preocupação profissional também e porque tive informações de alguns pais de que não há, não há alargamento do horário escolar depois das quatro da tarde (16:00); que não, portanto, tenho a informação que tive em Borba, não há alargamento do horário escolar depois das quatro da tarde e que, portanto, isso cria problemas aos pais que não têm onde deixar os filhos. Esta é uma



matéria melindrosa porque tem a ver com horários das pessoas e com disponibilidades. Pedagogicamente é muito discutível porque os professores dizem sempre - e, como professora, dou-lhes razão - que as crianças deviam estar menos tempo na escola e mais tempo com a família, mas sabemos que é um problema complicado para, não digamos que em Borba é o mais complicado mas, como dizia o António Anselmo há bocado, estamos a falar de Borba. Se calhar há outros concelhos com muito mais problemas nesta área, com horários dos pais muito mais complicados, mas nós estamos em Borba e já temos em Borba famílias que não têm com quem deixar os filhos depois das quatro da tarde. Enfim, esta é uma questão também da Câmara, esta também é da Câmara; podem-se, penso que se podem continuar a fazer acordos com a Direcção Regional de Educação; faziam-se até há bem pouco tempo, penso que se podem continuar a fazer e gostava de saber como é que isto está a correr. Por último, a última pergunta, eu não estive em Borba, também por razões profissionais, não estive em Borba na segunda-feira, no Dia Europeu Sem Carros e fora toda a brincadeira, mas não podendo deixar de fazer a pergunta desta forma, eu gostava de saber como é que correu o circo, porque era assim que eleitos do Partido Socialista chamavam às iniciativas do Dia Europeu Sem Carros quando não estavam na maioria. Quando estavam na oposição chamavam-lhe circo e teatro. Portanto, eu com todo o respeito e sempre de acordo que esta iniciativa se comemore e que deixe frutos porque acho que só faz sentido comemorá-la se ficarem medidas, se forem tomadas medidas que cada vez mais nos façam a todos - e incluo-me a mim - nos façam a todos andar mais a pé e a deixar os carros um bocadinho mais longe do sítio para onde vamos, tenho que deixar esta nota e a pergunta: como é que correu? correu bem? Que medidas ficaram para o futuro? O que é que Borba ganha a partir deste dia de vinte e dois (22) de Setembro?

O Presidente da Assembleia Municipal: Senhor Moura Lopes, faz favor.

Membro Moura Lopes: Só uma pergunta. Não, é uma pergunta, um pedido simultâneo e uma observação. À entrada da Nora do lado direito, mesmo em frente da igreja ou mais um bocadinho ao lado está um carro estacionado que penso que não anda há meses e meses e é lixo que está ali. Penso que era uma boa medida retirar aquilo e retirar também o abrigo dos autocarros que aquilo é lixo também. É preferível, eu penso que é preferível não estar lá nada, porque as pessoas podem ir para a igreja se estiver a chover e aquilo fica muito mais bonito. Aquilo, de facto, está ali e já está há bastante tempo. Eu não quero classificar, mas é uma vergonha. Pronto, é uma vergonha aquilo que está ali e é uma coisa - já agora dizer - é uma coisa que não custa assim tanto dinheiro; também não é preciso ter milhares de contos para tirar dali aquilo. Pronto.

O Presidente da Câmara Municipal: Ora vamos lá ver. Eu, assim é que eu gosto, de facto, das Assembleias com várias perguntas. Vamos lá ver se eu consigo, eu penso que tomei nota delas todas. Vou responder a algumas e vou deixar outras para o senhor Vereador. Começando pelo senhor Moura Lopes, a questão do hospício, o hospício foi adquirido, neste momento está adquirido e vai começar a ser recuperado, logo que,

O Membro Moura Lopes: Adquirido pela Câmara?

O Presidente da Câmara Municipal: Pela Câmara. Foi adquirido pela Câmara e vai começar a ser recuperado, pela Câmara, pelo menos numa primeira fase, logo que o tempo, com certeza, o permita. Portanto, ou seja, logo que os pedreiros não possam andar na rua, naturalmente temos sempre ali um espaço - o senhor, o senhor Vereador poderia dizer isto também, mas - teremos com certeza ali um espaço onde os trabalhadores podem trabalhar, não queremos que eles estejam parados. Relativamente à questão do Alto dos Bacelos, o sistema de resíduos sólidos está perfeitamente implementado, está a funcionar. Neste momento, penso que as coisas dispararam em termos de quantidade de tonelagem de lixo, de resíduos, portanto, penso que é preciso serem tomadas medidas que se espera agora com a nova empresa, com a GESAMP, que sejam tomadas as medidas para que as pessoas comecem elas directamente a depositar lá os resíduos e a pagar, não é? Porque aquilo que eu acho é que as Câmaras estão a pagar muitos resíduos que as empresas lá vão depositar ou que não depositam lá, mas depositam nos contentores; depositam, enfim, em vários sítios, não é? E, portanto, defendo o princípio do "poluidor pagador", naturalmente que quem polui tem que pagar e, portanto, é um bocado incorrecto ser a Câmara a

pagar algumas quantidades exorbitantes de desperdícios, de desperdícios mesmo que são colocados e são depositados nesse sistema. O parque industrial do Alto dos Bacelos, portanto, como disse, neste momento o plano de pormenor, está na DRAOT; estamos só à espera que haja reunião para ver, para desbloquear o processo. Águas da Nora, o Vereador já tinha tido a oportunidade de dizer que estavam a andar, mas ele poderá dar mais alguma informação, se o entender. O regulamento dos parquímetros e do trânsito, bom, aqui foi aprovado, mas não se disse quando é que ia ser implementado. Acontece que, em relação a este assunto - e já se falou aqui várias vezes no trânsito - aquilo que nós tivemos conhecimento foram implementados foram aplicados alguns sinais e não houve o cuidado de os deixar tapados e a pessoa que os andava a implementar foi-se embora de férias. E, portanto, gerou alguma confusão, mas mesmo aqueles que foram instalados - segundo me parece - não trariam grandes novidades relativamente aquilo que lá está. Portanto, eram mais uns sinais verticais a indicar parques e não sei quê. Mas dizer-vos também que está para ser adjudicado, a uma empresa da especialidade, o estudo do trânsito em Borba. Portanto, penso que essa é a solução que vai passar pela resolução, não direi definitiva, mas pelo menos se calhar vai melhorar bastante o trânsito do concelho porque achamos que há muitos sinais que estão por aí desactualizados e que nós continuaremos a tirar porque há por aí alguns que além de não estarem de acordo com o Código da Estrada, não estão bem colocados, uns contrariam outros. Portanto, vai, vai carecer de um estudo, digamos, de um estudo prévio que permita retirar alguns desses sinais, mas vai ser adjudicado a uma empresa da especialidade o trânsito em Borba e penso que aí então estudar-se-á essa questão dos parquímetros também e porque está previsto o projecto do URBCOM, portanto, que vai obrigar a algumas alterações na praça e, portanto, não fazia grande sentido nós estarmos a implementar os parquímetros neste momento, sem que houvesse essas alterações. Relativamente aos incêndios, aliás às limpezas, deixo isso para o Vereador Artur. Limpezas das linhas de água; o carro estacionado também com certeza, e o abrigo ele falará no assunto. Dizer-vos também que esta questão do abrigo não foi colocado por nós. O abrigo já lá estava, já está há longos e muitos anos, não é? Mas, de qualquer maneira também me parece que não é pelo dinheiro que se vai deixar de resolver. Relativamente ao deputado Luís Nascimento, higiene e limpeza deixava para o Vereador; lixeira do Palacete dos Melos, estamos plenamente de acordo. Aliás, eu cada vez que encontro o senhor da Vagona que anda por aí assim, lhe refiro, lhe digo que não custa nada passar ali e limpar porque aquilo, isso também tem que ver um bocado com as pessoas e eu verifico é que aquele espaço é limpo num dia e passados um dia ou dois dias está exactamente na mesma. Há ali qualquer coisa, não sei se terá que ver com o bar que funciona ali perto, há qualquer coisa ali que não percebo muito bem o que é que se passa, mas o que é um facto é que é limpo num dia, aliás a procissão do Senhor dos Aflitos, que o Luís Nascimento referiu, foi no domingo, na sexta-feira com certeza que aquilo tinha sido limpo, quase de certeza. Pelo menos, se não foi limpo, foi dada ordem para limpar por mim, por acaso foi por mim. Relativamente aos contentores que são arrastados, eu já tinha tido alguma informação nesse sentido; aliás, não sei até que ponto um dia não me levante à hora de fazer a volta, para fazer a volta que eu quero ver a volta, quero ver como a volta é feita; quero ver quanto tempo é que a volta demora a ser feita e quero ver os contentores que são arrastados. E acorda as pessoas. Bom, a questão do reavivar a pintura das passadeiras, penso que isso está previsto. O abate dos ninhos das andorinhas, para já deixava para o senhor Vereador, mas já agora dava aqui só um, só um alerta que me parece importante também e que pode ter que ver com estas questões de limpeza da vila que foram aqui referidas. Isto é importante que seja dito e que as Câmaras Municipais e a de Borba em particular, recorria e recorre muito, tal como as Juntas de Freguesia, aos Poc's, às pessoas desempregadas do Instituto de Emprego. Acontece que, neste momento, o Instituto de Emprego não permite que uma pessoa que esteja, por exemplo numa situação de contrato que vá para o desemprego que seja requisitada como Poc para essa mesma instituição, à semelhança daquilo que sempre se fez. Isso vai trazer, vai trazer alguns problemas porque essa mão-de-obra barata a que as Câmaras recorriam, penso que está terminada, que vai trazer problemas muito complicados. Em relação ao Paixão, ao senhor Presidente da Junta de Rio de Moinhos, naturalmente que a questão da alimentação da escola foi uma das coisas - da escola da Nora e não só - foi uma daquelas questões que foram abordadas nas reuniões onde participou o Vereador e que estamos a tentar ver até que ponto é que pode ser fornecida, mas não se pode fazer omeletes sem ovos e, portanto, dar a alimentação às crianças se calhar não é difícil, mas já é difícil o espaço onde se dá essa alimentação e não esqueçamos da notícia da televisão que ainda há pouco tempo foi passada em que, uma pessoa que transportou alimentação, deixou cair para cima de uma criança e que a queimou e que está neste momento em processo disciplinar, e que traz problemas muito complicados

em termos de seguro. Portanto, isto às vezes, é preciso ter-se cuidado, às vezes, com aquilo que se diz, não é? Porque é muito fácil nós dizermos que vamos dar alimentação às crianças da escola da Nora ou às crianças da escola da Aldeia da Sande ou de qualquer outra, mas o que é um facto é que às vezes temos que encontrar soluções porque não vamos encontrar uma solução qualquer e que se saiba - e toda a gente sabe disso - a escola da Nora não tem um sítio para as crianças comerem. Poderia ter passado, se calhar, por um ATL ou poderá passar eventualmente por um ATL, mas também foi dito nessa reunião que salvo erro, que uma das hipóteses poderia ser as crianças irem almoçar àquele edifício que é utilizado como Centro de Dia e acho que houve logo alguém que disse: "Então, mas para ir ao Centro de Dia, vai a casa que está ali ao lado". Quer dizer, portanto, há aqui qualquer coisa que não joga muito bem a bota com a perdigota, mas nós havemos de tirar essas questões todas, todas a limpo. Em relação à questão do asfalto do Barro Branco, efectivamente estava previsto ser feito, tal como estava previsto e está adjudicado já para a urbanização do João Ramalho. Houve uma avaria na central da esfaldagem e, portanto, ainda não estão, mas isso são questões que às vezes nos ultrapassam. A questão dos moloques deixava para o senhor Vereador, lombas e passadeiras. O senhor Presidente da Junta de Rio de Moinhos estava à espera que fizesse outra observação que não fez, mas também podia ter feito e que se prende com os loteamentos. Também é uma grande aspiração de Rio de Moinhos e o senhor Presidente também é testemunha da exorbitância dos preços que nos têm pedido e do esforço que eu tenho feito no sentido de encontrar terrenos para fazer um loteamento em Rio de Moinhos. Relativamente à deputada Filipa, à questão das notas e participações, efectivamente o Vereador não está cá, portanto, ele esclarecia melhor porque penso que isto que aqui está são tópicos que ele depois desenvolveria. De qualquer maneira, a questão das piscinas, este ano, pela primeira vez - porque as análises passavam-me pelas mãos - penso que foi a primeira vez em que as piscinas tiveram água sempre em boas condições. Condições desejáveis de análises, portanto, estavam adequadas àquilo que lá se praticava. De qualquer maneira, penso que as piscinas são importantes e são tão importantes que nós vamos adjudicar brevemente as novas piscinas para Borba. Daí nós acharmos que, de facto, elas são extremamente importantes e que, à partida, o espaço destinado à sua instalação vai ser à entrada em Borba do lado esquerdo. E porque entendemos também - como o clima está a mudar - que as pessoas têm o direito de praticar natação durante todo o ano e não só naqueles meses em que não há escola. Vamos ter piscinas cobertas e descobertas. Relativamente à questão do ensino Pré-escolar, houve aí alguma confusão, eu nem sequer me cheguei a aperceber bem por que é que teria sido, mas sei que houve alguma, se calhar, distorção de informação, não sei de quem, mas efectivamente o que se está a passar é que os contratos-programa continuam a ser assinados, havia aqui era algumas divergências porque queriam que nós, à partida, assumíssemos os funcionários, que são funcionários ainda da Direcção Regional e nós, com imposições, não. E fui eu que disse a senhora directora regional: "Não. Não senhor. Fazemos contrato-programa; agora, não me venham impor já que eu ponha lá uns funcionários quaisquer, independentemente de assinarmos o contrato". Vamos lá por o preto no branco e a seguir a gente negocia porque senão, às tantas, acontecia-nos o mesmo que em relação à Lei da Contribuição Autárquica: habitua-se e depois, quando se habitua a que nós lá coloquemos os funcionários para desenrascar, eles depois limpam daí as mãos e dizem assim: "Não, não. Então nós agora já não damos dinheiro". Portanto, o contrato-programa está assinado; vai haver extensão de horário vão ser colocados, salvo erro, dois funcionários, uma animadora e, portanto, vai haver extensão de horários; os miúdos vão passar da escola Pré-primária e da Primária para a Oficina da Criança, à semelhança daquilo que se fazia. De lamentar por vezes e, aliás, a deputada Filipa teve oportunidade de referir isso, é que eu sou daqueles que não entende a escola ou Oficina da Criança ou qualquer outro estabelecimento de ensino como um depósito de crianças. Ou seja, os pais, quando os fazem, têm que pensar que têm que cuidar deles e é tudo muito bonito mas - e a Câmara está cá para isso, está cá para ajudar - mas o pai, a mãe têm um papel muito importante e alguns se calhar gostariam que a escola funcionasse vinte e quatro (24) horas por dia, enfim, e mesmo em termos pedagógicos, não vamos discutir isso, mas essas coisas são todas muito relativas. Dizer, por exemplo, que se manteve a professora que dava o estudo acompanhado e que durante o Verão, grande parte das crianças da Primária estiveram com uma professora que lhes ajudou a fazer os trabalhos e que os incentivou durante todo o mês de Agosto. Portanto, o que prova que realmente nós estamos abertos e temos trabalhado no sentido de continuar a fornecer Educação Física às crianças que foi responsabilidade da Direcção Regional e, se calhar, este ano até vamos oferecer também a Música às crianças da Primária porque achamos que investir na Educação é estar a investir bem e, com certeza que é público em termos de Educação, nós temos tido uma grande preocupação, não só com as

escolas do Primeiro Ciclo, mas também com a escola Padre Bento Pereira. O Dia Europeu Sem Carros. Bom, mesmo entre nós, mesmo entre nós todos há sempre discussões e há sempre quem concorde e quem discorde, não é? Aliás, o Partido Socialista é fértil nisso, não é? Quando estão três, eu costumo dizer que quando estão três Socialistas há um que diz "sim", há um que diz "não" e há um que diz "nim". Portanto, não me admiro nada que haja pessoas que têm opinião diferente. Eu continuo a entender que quando comemoramos o Dia Europeu Sem Carros não o fazemos a pensar no trânsito em Borba; entendemos a questão em termos ambientais e, portanto, achamos que é uma forma que há de sensibilizar a população para o facto de o problema ambiental em termos de poluição e por aí, por aí adiante. Não, não entendo, eu não entendo o Dia Europeu Sem Carros como uma forma de chatear as pessoas, não é? Mas como uma forma de sensibilizar, chamem-lhe circo ou chamem-lhe o que quiserem, eu continuo a achar, nós continuamos a achar - alguns, outros não - que é importante fazer-se o Dia Europeu Sem Carros e eu nunca chamei, de certeza, circo ou teatro ao Dia Europeu Sem Carros. Para já, fico-me por aqui.

O Vereador Artur Pombeiro: Respondendo ao doutor Luís Nascimento, devo dizer-lhe que comungo com a sua opinião de algumas partes da vila se encontrarem de facto sujas, porque elas estão mesmo. E estão mesmo porque a dificuldade de mão-de-obra neste momento, e o senhor sabe isso, o senhor sabe que havia doze varredores na rua, mais a máquina e sabe que, neste momento, são quatro (4) ou cinco (5). Temos tido dificuldade nisso e daí que a rua não é varrida todos os dias. O técnico responsável por essa gente tem que os deslocar - hoje estão aqui, amanhã desloca para outro lado - porque não temos as pessoas que tínhamos, não temos meios. Neste momento, falta-nos meios humanos nesse sentido. Em relação à Rua Treze de Janeiro que o senhor frisou e muito bem, sei que há um local atrás daquele andaime onde acumula muito lixo e acumula porquê? Porque os carros que diariamente passam o vão sacudindo para lá. As pessoas que varrem naquela área é verdade que também se esquecem, mas nós, eu não estava cá nessa altura, estava doente, mas se calhar, se calhar, na sexta-feira, se calhar na sexta-feira a rua tinha, efectivamente, sido varrida. Quanto à varredora, aqui é que eu não sei se ela lá passa ou não, não é? Porque ela começa às cinco (05:00) e outras vezes às seis da manhã (06:00) e desconheço se ela - mas vou saber isso - se ela passa ou não passa e se passar pode ter alguma dificuldade porque existe ali o andaime e os contentores, mas penso que se o carro da carne lá passa, a varredora também lá passa. Não tenho dúvidas nenhuma e isto que o senhor disse do arrasto dos contentores já muitas pessoas me disseram. Já preveni isso várias vezes, até directamente, não só ao técnico, mas até às pessoas que, que andam no carro do lixo. Se calhar provoca estrondo, é que muitos, muitos contentores - e eram à volta de sessenta (70) - estavam sem fundo, se calhar ainda existem alguns no concelho, mas temos estado a substituí-los. Já comprámos cerca de vinte (20) contentores talvez, ou mais, e recuperarmos todos os fundos dos outros. É natural, é natural que uma roda ou outra não esteja em condições, mas isso não sou eu que tenho que andar a espreitar; são os serviços, os próprios serviços que têm que alertar a técnica para a substituição. A outra situação que o senhor doutor Luís Nascimento diz é que os contentores raramente são lavados. Devo dizer, senhor doutor, que o senhor está na Câmara de Vila Viçosa e os contentores em Borba são lavados as mesmas vezes que são em Vila Viçosa ou no Redondo. São as mesmas vezes porque o senhor sabe que existe um protocolo, tem conhecimento desse protocolo, sabe que as horas atribuídas são - à excepção do Redondo - são as mesmas, portanto, e os dias do mês são os mesmos: é X dias para cada, para cada concelho. Portanto, o carro está a actuar no Redondo, em Borba e em Vila Viçosa. Quanto aos lixiviados que saem dos contentores, o senhor tem razão. O senhor tem razão porque é uma pena, infelizmente as pessoas e nós temos lançado informação às pessoas e certamente também o doutor Luís Nascimento tem conhecimento da informação que tem saído a chamar a atenção das pessoas para isto, para aquilo e para o outro: "Não deposite coisas ao pé dos contentores, não deite baldes de comida para os contentores", mas infelizmente as pessoas hoje ainda procedem como procediam à dez (10) ou quinze (15) anos. Nem todas ainda, felizmente nem todas, mas ainda chegam ali com o balde da comida e despejam para dentro do contentor. É evidente que se alguns dos contentores, não estiverem completamente com o fundo novo, pode ter um poro ou outro e vai pingando, claro que vai. Mas isso são coisas que são difíceis, só tendo um guarda ao pé do contentor. Eu acho que as pessoas, de facto, é que deviam ter uma forma diferente de utilizar o contentor porque isto não se verifica agora na nossa Câmara, nem na nossa gestão. Verificou-se sempre e o senhor tem perfeito conhecimento disso, é pena que também se verificasse no vosso tempo. Nós, se calhar, algumas vezes contestámos isso, mas isso é, as pessoas, os utilizadores que têm, de facto, de começar a utilizá-los de outra forma porque, caso contrário,

só há uma solução: é pôr um guarda ao pé do contentor e dizer assim: "A senhora não despeja aqui o balde". O senhor sabe isso muito bem. Quanto, quanto à máquina de pintar, devo dizer que essa máquina de pintar está nas oficinas da Câmara, está na oficina de pintura da Câmara. O que eu não tenho é uma pessoa para trabalhar com ela e, se calhar, já tinha resolvido muitas situações que estão aí das pinturas, ainda que a frio. Sobre o caso das pinturas das passadeiras, a empresa está contactada para repor, não as passadeiras, de facto, no sítio onde elas estão e, de facto, colmatar essas deficiências que existem aí. Quanto ao abate dos ninhos das andorinhas, nós pensamos, de facto, em limpar o edifício e pintá-lo, recuperá-lo porque se encontrava bastante sujo. E daí que as instruções que havia para a empresa é que, de facto, que se algum ninho tivesse pássaros ou tivesse ovos, não seria retirado. Isso foi o que foi dito à empresa. Eu uma vez disse ao senhor Presidente da Câmara: "Tens pulgas no gabinete ou o que é isso?". Porque a janela abria-se e essa bicheza que caía para baixo, porque os pássaros já estavam criados e essa bicheza começava a cair. Os bancos sempre todos sujos, mas não houve pássaros nem ovos nos ninhos e essa é a informação da empresa. Aliás, eu estive aí alguns bocados a assistir a isso. Quanto ao senhor Moura Lopes, penso que esse carro está, a matrícula - penso, penso que está registada porque eu mandei retirar todas as matrículas dos carros abandonados e não são poucos, são cerca de trinta e dois (32), tinta e dois ou trinta e três (33). Trinta e dois ou trinta e três carros que, e já consultei, de facto, o Pronto Socorro da Orada que já não o tem e que esse transporte vai ficar, de facto, caro, mas é para serem retirados e ainda antes da feira, mas o Pronto Socorro fica caro, fica à volta dos seis contos (6.000\$00) por carro e nós temos, de facto, que retirar esses carros porque há carros aí, se formos pegar com a máquina acabou, desfazem-se. E não sei se esse estará no edital. Quanto ao senhor Paixão e o asfalto do Barro Branco, acho que o senhor Presidente já respondeu, já justificou o porquê. Quanto aos moloques, é verdade que só lá temos dois, mas a indisponibilidade de tempo e máquinas para colocarmos os restantes ainda não foi possível. As lombas da freguesia, temos, de facto, uma lomba na freguesia ou no Lugar de Nora, em frente às escolas. Como a pessoa que faz isso tem estado de férias e vai entrar na próxima segunda-feira, isso vai ser posto. Quanto às lombas que se encontram no Barro Branco, essas são de alcatrão e terão que se manter ainda porque agora, com o trânsito diário dos camiões que andam na obra da variante, isso será a mesma coisa que estarmos, para além da irregularidade da estrada, será a mesma coisa que estarmos a atirar dinheiro para o lixo. Portanto, essas terão que se manter ainda e não ter lá as lombas amortecedoras que, como sabem foram arrancadas e algumas foi o senhor que as levou para Rio de Moinhos. O senhor pode ter razão e as pessoas têm sempre razão quando dizem que falta isto, falta aquilo e falta o outro. É verdade, não conseguimos ainda repor os contentores. Quando pergunta o que é que cá estamos a fazer, olhe, senhor Presidente da Junta, devo-lhe dizer que eu e a equipa que está aqui na Câmara estamos cá a trabalhar, e muito, e muito e está aí na rua aquilo que já se fez. Obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal: Já agora, peço desculpa, senhor Presidente. É que, para quem quiser consultar este documento que já tinha vindo há bastante tempo e tinha sido divulgado que é a avaliação do PDM em vigor e esta semana chegou o relatório da primeira fase: Caracterização e Diagnóstico. Portanto, isto é, de facto, um documento muito, muito grande e penso que importante, está à disposição de quem quiser consultar porque, fazer fotocópias disto tudo é praticamente impossível.

O Membro António Paixão: Senhor Presidente, o senhor fez um grande favor em lembrar-me ainda que eu não tinha falado dos loteamentos. E se eu lhe dizer que o meu constrangimento ainda é tão grande, quanto eu não vejo os loteamentos prontos e a falta deles na localidade de São Tiago. Mas, senhor Presidente, eu até me estou a envergonhar de lhe dizer qual é o meu constrangimento porque o senhor vai dizer logo que eu sou um invejoso e, não podendo atribuir as culpas só a este Executivo, a verdade é que o constrangimento eu tenho. É que, quando eu olho para a freguesia do concelho de Vila Viçosa que mais rivalidades mantinha com a minha freguesia que é a de Bencatel, eu vejo um polidesportivo, vejo sinalização luminosa, enfim, vejo alguns sinais de mais progresso do que vejo já na minha freguesia. Quando tenho a ousadia de ir um bocadinho para além da nossa zona e passo ali ao Vimieiro, a Pavia que vejo rotundas, vejo espaços verdes, vê-se sinalização luminosa, digo assim: "E aonde está a ficar Rio de Moinhos?". Quando leio no jornal que em Montargil à dias foi inaugurado um pavilhão polivalente no valor de seiscentos e cinquenta mil euros que dá para polidesportivo e para outras conferências e etc., eu ainda olho e parece que vejo Rio de Moinhos lá muito, muito, muito atrás de todas estas coisas. De maneira que, era este constrangimento que eu não queria dizer ao senhor, ao senhor Presidente que sentia

porque o senhor com certeza que me vai chamar invejoso, mas olhe, é isto mesmo que eu sinto. Para além dos loteamentos, mais as outras obras que nós prometemos e que eu desejava com todo, com todo o fervor que este Executivo tivesse a arte, sabendo eu das dificuldades também financeiras e humanas que se atravessam, mas é lá como o outro têm que se ter imaginação para se tentar dar a volta ao resultado e eu espero bem que este Executivo manifeste essa capacidade que, ao fim e ao cabo, também a apregoou. Por isso, eu estou cá para ver o resultado. Muito obrigado.

O Presidente da Câmara: Ó senhor Presidente, permite só que eu lembre mais um constrangimento ao senhor, ao senhor Presidente da Junta? É que, eu penso que não é pelo facto de não haver semáforos, porque nunca vi, os semáforos não são sintoma de desenvolvimento, não são nenhum sinal de desenvolvimento, antes pelo contrário, se calhar às vezes complicam mais do que o que fazem. Mas há um constrangimento muito maior que o senhor Presidente com certeza está esquecido, que é o perímetro urbano de Rio de Moinhos.

O Membro António Paixão: E a falta de água de São Tiago, senhor Presidente.

O Presidente da Câmara: Que não permite que se faça determinado tipo de obras dessa natureza, o senhor Presidente sabe perfeitamente que o polidesportivo se calhar até vai ser feito quando nós não formos penalizados por infringir o PDM. Se o PDM não estiver em revisão, na parte final do mandato se calhar já não se perde o mandato se calhar é capaz de se fazer fora do perímetro. É uma fachada no instrumento de planeamento, mas isso no fim, à semelhança de outras fachadas que o outro anterior Executivo também fez, nós também podemos, na parte final, fazer. Logo se verá se é possível fazer ou não.

O Membro Filipa Almeida: Eu vou ser muito, muito breve. Eu tenho, tenho ouvido com imensa atenção as perguntas feitas à Câmara e as respostas do senhor Presidente e do Vereador Artur e estou aqui também, daqui a pouco com - utilizando aí uma expressão de alguém da bancada do PS - daqui a pouco estou com vontade de chorar também. Porque isto, os problemas continuam a existir; as perguntas e as críticas são feitas agora do outro lado; as respostas são as possíveis com as dificuldades imensas. Eu entendo, eu entendo as respostas; agora, lamento é que o Partido Socialista não tenho tido imaginação para adivinhar que ia haver problemas porque parece que os problemas só nasceram com o mandato do PS e os problemas já eram anteriores, os problemas existem em todas as autarquias. A falta de pessoal; a falta de verbas; as imposições da legislação, esses problemas já existiam em Borba e existem em todo o lado; parece é que o Partido Socialista não os conhecia e, então, prometeu aquilo que agora não pode cumprir. Porque o senhor Vereador Artur agora lamenta-se e com muita razão, lamenta-se que tem quatro ou cinco mulheres para varrer a rua e, é evidente, quatro ou cinco mulheres para varrer a rua; nós todos, incluindo o senhor, como munícipes temos que nos queixar que as ruas andam sujas. Mas então digo eu, agora aqui deste lado, não é? Digo eu agora aqui deste lado, como vocês diziam no outro mandato, digo eu: "Então, têm quatro ou cinco por que é que não tiram de outro lado para por ali? Vocês é que lá estão". Giram o pessoal como entenderem, admitam o pessoal que entenderem, despeçam outros, acabem com outros contratos, acabem com outras avenças. Agora, são os senhores que lá estão para gerir. É que agora são vocês que têm de dar resposta a estes problemas todos. É que primeiro, faziam as perguntas e as críticas e a CDU, que estava na maioria, tinha que lhes dar resposta, a resposta que sabia, que podia e que era capaz. O PS ganhou, agora são os senhores que têm que dar resposta a isto. Têm que responder à falta de pessoal que o Vereador Artur se queixa; têm que responder às críticas do Presidente de Rio de Moinhos; têm que responder às críticas de São Bartolomeu e todas as outras. Realmente, nós os quatro podíamos cá não estar porque com esta, como diz o senhor Presidente, com esta maioria já lhe chega de Oposição. Mas isto não é um aparte, é um desabafo em conclusão de muito do que foi perguntado e de muito do que foi respondido. Eu queria fazer uma pergunta muito concreta ao senhor Presidente de uma coisa que o ouvi anunciar: a piscina coberta e descoberta. O senhor Presidente disse que iria ficar situada à entrada para Borba do lado esquerdo, qual entrada? Qual lado? Em terrenos da Câmara, em terrenos que a Câmara adquiriu?

O Presidente da Câmara Municipal: Da Câmara claro. Os terrenos são da Câmara.

O Membro Filipa Almeida: Gostava que me respondesse a esta pergunta, que tipo de equipamento vai ser

construído, porque a Câmara, com certeza já definiu isso

O Presidente da Câmara Municipal: Não. Neste momento vai ser adjudicado o estudo. Vai ser adjudicado, portanto, a elaboração do projecto. Os terrenos são da Câmara, não íamos, não íamos pensar umas piscinas num terreno que não era da Câmara. Entretanto, logo que haja um estudo prévio, naturalmente que será dado conhecimento. Já agora, já agora, também só a título de desabafo. Eu gosto muito de desabafar às vezes em voz alta, é que também não há mais funcionários a varrer porque há alguns, e não fomos nós que os colocámos, têm determinadas categorias e desempenham outras funções. Mas isso é só um desabafo. Fico-me por aqui.

O Membro Filipa Almeida: Ponha-os a fazer o que der.

O Membro Luís Nascimento: Vereador Artur, é só para fazer aqui assim dois ou três comentários em relação à matéria dos resíduos sólidos urbanos, de facto, posso estar parcialmente de acordo com aquilo que afirmou; agora, de forma nenhuma estou de acordo quando o senhor diz que a responsabilidade é dos serviços ou dos funcionários. O primeiro responsável é sempre o Vereador, é sempre o eleito que está à frente desse pelouro. Depois, sobre a questão dos ninhos, quer dizer, tanto é crime mandar os ninhos abaixo com ovos como sem ovos. É crime mandar ninhos de andorinha abaixo, não é? Portanto, não sei, eu perguntei que implicações é que isto trouxe para a autarquia e não me respondeu; não sei se há, se não há. Mas quero também chamar a atenção para um outro crime que eventualmente possa ser cometido em relação aos ninhos das andorinhas, que é colocar no local onde eles estavam elementos que perturbem a feitura, que sejam feitos novos ninhos. Isso também é crime.

O Vereador Artur Pombeiro: Não sei do que está a falar.

O Membro Luís Nascimento: Não, estou eu a dizer. Acredito que não sabia do que é que eu estou a falar, mas eu estou a dizer que onde estavam ninhos de andorinha é proibido também, é crime também contra a protecção da Natureza colocar elementos estranhos que perturbem que sejam feitos novos ninhos.

O Presidente da Câmara Municipal : Eu, eu já percebi. Vindo de onde vem, dos Verdes, então, admiro essa veia, veia Ecologista. Eu sempre a tive, desde sempre e sempre cá vivi em Borba e sempre conheci e sempre assisti ao derrube de ninhos de andorinhas na Câmara de Borba. Nem uma vez nem duas, várias vezes, mas quero-lhe dizer o seguinte: olhe, recomendo aquilo que já recomendei ao Vereador Serra numa reunião de Câmara, é que veja lá ali para o lado das piscinas se há para ali alguma colónia de morcegos ou algum ninho de águia de asa redonda, de águia Preta de asa redonda que é para a gente se precaver já. Isso dos crimes é tudo relativo. O que é isso do crime? O crime depende da perspectiva; depende do tipo de pássaro que é; depende do tipo de andorinha que é; depende da época de nidificação; depende de muita coisa. E naturalmente que até pode, até poderá haver, poderá ter havido alguma falha no sentido de não se ter pedido autorização, mas se é pedida autorização, os ninhos podem ser derrubados sempre. O senhor desconhece isso, podem ser derrubados sempre, desde que não coincida com a época de nidificação e desde que exista aquilo que existiu em Borba, que existiam vários tipos de bichos que poderiam pôr em causa até a saúde pública e põem naturalmente. Portanto, se houver alguma coima, naturalmente nós estamos cá para assumir - se houver, que eu tenho muitas dúvidas que haja - e se houver de certeza que o valor não vai ser muito significativo, relativamente a algumas despesas que eram feitas dantes e eu, para já, fico por aqui. Por uma questão de princípio.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, neste momento não há mais inscritos, encerrávamos este ponto e passávamos à leitura da minuta da acta da sessão. Quem vota a favor? Está aprovada por unanimidade.

## **ANEXOS A ESTA ACTA:**

Anexo 1 - Pedido de substituição do membro Joaquim Manguinhas

Anexo 2 - Correspondência recebida

Anexo 3 - Correspondência expedida

Anexo 4 - Moção apresentada pelos membros do PCP

Anexo 5 - Moção apresentada pelos membros do PS

Anexo 6 - Declaração de voto dos membros Rui Bacalhau e Jerónimo Cavaco